

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

VALORES CONSERVADORES E AUTORITÁRIOS NA JUVENTUDE BRASILEIRA

Alexsander Dugno Chiodi

PORTO ALEGRE

2023

ALEXSANDER DUGNO CHIODI

VALORES CONSERVADORES E AUTORITÁRIOS NA JUVENTUDE BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador:
Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González.

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Dugno Chiodi, Alexander
Valores conservadores e autoritários na juventude
brasileira / Alexander Dugno Chiodi. -- 2023.
95 f.
Orientador: Rodrigo Stumpf González.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Conservadorismo brasileiro. 2. Autoritarismo. 3.
Cultura Política. 4. Juventude. I. Stumpf González,
Rodrigo, orient. II. Título.

ALEXSANDER DUGNO CHIODI

VALORES CONSERVADORES E AUTORITÁRIOS NA JUVENTUDE BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González– Orientador

Profa. Dra. Jennifer Azambuja de Moraes (PPGCP-UFRGS)

Profa. Dra. Rosana Katia Nazzari (UNIOESTE)

Profa. Dra. Ana Julia Bonzanini Bernardi (PPGCP-UFRGS)

AGRADECIMENTOS

O meu ingresso no curso de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no início de 2021 foi marcado por uma miríade de incertezas. O cenário desesperançoso da piora da Pandemia de COVID-19 na época fez com que o último semestre de graduação, formatura e processo seletivo para o PPG fossem todos à distância. Hoje, dois anos depois, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho.

Primeiramente, agradeço à minha família pelo apoio constante e incentivo em todas as fases da minha vida acadêmica. Sem o amor e o suporte incondicional dos meus pais Gilberto e Adriana, não seria o primeiro da minha família a concluir graduação e pós-graduação em uma Universidade Federal, enquanto o irrestrito amor e companheirismo de meu namorado Deivis me abasteceram de segurança nos momentos de maior aflição, e tornam especiais todos os dias, daqui e para sempre.

Agradeço a CAPES, que possibilitou a existência desse trabalho ao financiar essa pesquisa por 24 meses, sendo dezenove deles sob um Governo Federal que tentou sufocar diariamente o incentivo a pesquisa, a educação pública de qualidade e a existência de um futuro acadêmico no Brasil. A todos que resistiram a esses ataques, meu agradecimento.

Na UFRGS, agradeço ao Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González, por sua orientação valiosa, críticas construtivas e apoio inestimável durante todo o processo de elaboração tanto do meu TCC quanto desta dissertação. Sua experiência e conhecimento foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para a minha formação como cientista político. Agradeço à Profa. Dra. Ana Júlia Bonzanini Bernardi, pela amizade, confiança, sinceridade e disposição para me guiar tanto na carreira acadêmica quanto na profissional, e à Profa. Dra. Jennifer Azambuja de Moraes pela genuína confiança, suporte e incentivo.

Agradeço aos meus colegas no NUPESAL pela parceria nesses vários anos (sendo poucos deles de tranquilidade), em especial a Felipe, camarada nas melhores e piores aulas de mestrado, e Henrique, pela presença desde a graduação. Agradeço também a Ricardo pela parceria, vinhos, conversas intermináveis e por ser o melhor amigo que a vida me deu.

Agradeço aos 60.345.999 brasileiros que puseram fim a um governo baseado na discriminação, ódio, obscurantismo e intolerância, e permitiram ao Brasil trilhar o árduo caminho da reconstrução, em que a educação tem papel indeclinável e demanda da participação de todos nós.

*A história é um profeta com o olhar voltado para trás:
pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será.*

Eduardo Galeano

RESUMO

Apesar da derrota de Bolsonaro no segundo turno do pleito de 2022, a eleição de deputados federais representantes de uma nova geração política que reproduzem o conservadorismo autoritário brasileiro presente no discurso do ex-presidente reforçam que a substituição de grupos geracionais parece não ser o suficiente para garantir a substituição relevante de valores na cultura política brasileira. Assim, o problema que guia essa pesquisa é: Houve uma mudança no padrão de valores políticos resultando no incremento da presença de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira no século XXI? O objetivo geral é verificar se a dinâmica dos padrões de valores políticos da juventude brasileira aponta para o aumento da presença de valores conservadores e autoritários no século XXI. Os objetivos específicos são 1. desenvolver um índice de autoritarismo; 2. averiguar o impacto de fatores explicativos demográficos na diferença de padrões de valores; 3. compreender se a mudança ou continuidade da dinâmica dos valores políticos prevalentes na juventude podem representar uma ameaça ao futuro da democracia no Brasil. Nesse sentido, as hipóteses propostas para esse trabalho são: H1) O padrão de valores predominantes na juventude brasileira não apresenta grandes transformações ao longo dos últimos vinte anos, mas o eventual acirramento de valores pré-existent; H2) Houve um processo de expansão de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira, principalmente na última década; H3) O incremento da presença de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira no século XXI indica potenciais riscos ao futuro do sistema democrático no país. A metodologia utilizada é quantitativa por meio do método de pesquisa tipo survey, com uso de dados de três pesquisas empíricas conduzidas pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aplicadas nas três capitais da região sul do Brasil com jovens estudantes do ensino médio entre 13 e 24 anos. Os resultados indicam que o padrão de valores predominantes na juventude brasileira não apresenta grandes transformações ao longo dos últimos vinte anos, nem a inauguração de um movimento político novo nem de dinâmicas que não estavam em movimento. Ao mesmo tempo, indica que houve o crescimento constante dos valores autoritários na juventude, associados à desilusão como o sistema político, seus atores e suas instituições, o crescimento da negação da política como ferramenta efetiva para a solução dos problemas sociais e estruturais do país. A tenacidade desses valores nas novas gerações sugere que a eleição de Bolsonaro pode não ter sido a última de um candidato que obtenha sucesso em sistematizar os valores autoritários na próxima conjuntura favorável, e dar cabo das aspirações antidemocráticas que seriam recebidas com a aprovação de uma parcela considerável dos cidadãos brasileiros.

Palavras-chave: Conservadorismo brasileiro. Autoritarismo. Cultura Política. Juventude.

ABSTRACT

Despite Bolsonaro's defeat in the second turn of the 2022 election, the election of federal deputies representing a new political generation who reproduce the Brazilian authoritarian conservatism present in the former president's speech reinforce that the replacement of generational groups does not seem to be enough to guarantee the relevant substitution of values in the Brazilian political culture. Thus, the problem that guides this research is: Has there been a change in the pattern of political values resulting in an increase in the presence of conservative and authoritarian values in Brazilian youth in the 21st century? The general objective is to verify whether the dynamics of the patterns of political values of Brazilian youth point to an increase in the presence of conservative and authoritarian values in the 21st century. The specific objectives are 1. to develop an authoritarianism index; 2. Investigate the impact of demographic explanatory factors on the difference in value patterns; 3. Understand whether the change or continuity of the dynamics of political values prevalent in youth may represent a threat to the future of democracy in Brazil. In this sense, the hypotheses proposed for this work are: H1) The pattern of values predominant in Brazilian youth does not present major transformations over the last twenty years, but the eventual intensification of pre-existing values; H2) There was an expansion process of conservative and authoritarian values in Brazilian youth, especially in the last decade; H3) The increase in the presence of conservative and authoritarian values in Brazilian youth in the 21st century indicates potential risks to the future of the democratic system in the country. The quantitative methodology is used through the survey research method using data from three empirical studies conducted by the Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL), related to the Postgraduate Program in Political Science of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul, applied to the three capitals of the southern Brazilian region with high school students between 13 and 24 years old in 2001, 2015 and 2019. The results indicate that the pattern of predominant values in Brazilian youth does not show major transformations over the last twenty years, neither the inauguration of a new political movement nor dynamics that were not already in motion. At the same time, there was a constant growth of authoritarian values, associated with disillusionment with the political system, its actors and its institutions, the growth of denial of politics as an effective tool for solving the country's social and structural problems. The tenacity of these values in the new generations suggests that Bolsonaro's election may not have been the last of a candidate who succeeds in systematizing authoritarian values in the next favorable conjuncture, and accomplishing the anti-democratic aspirations that would be received with the approval of a considerable portion of Brazilian citizens.

Keywords: Brazilian conservatism. Authoritarianism. Political Culture. Youth.

RESUMEN

Pese la derrota de Bolsonaro en la segunda vuelta de las elecciones de 2022, la elección de diputados federales que representan una nueva generación política que reproduce el conservadurismo autoritario brasileño presente en el discurso del expresidente refuerzan que la reposición de grupos generacionales no parece ser suficiente para garantizar la sustitución relevante de valores en la cultura política brasileña. Así, el problema que guía esta investigación es: ¿Ha habido un cambio en el patrón de valores políticos que resulte en un aumento de la presencia de valores conservadores y autoritarios en la juventud brasileña del siglo XXI? El objetivo general es verificar si la dinámica de los patrones de valores políticos de la juventud brasileña apunta a un aumento de la presencia de valores conservadores y autoritarios en el siglo XXI. Los objetivos específicos son 1. desarrollar un índice de autoritarismo; 2. Investigar el impacto de los factores explicativos demográficos sobre la diferencia en los patrones de valor; 3. Comprender si el cambio o la continuidad de la dinámica de valores políticos predominantes en la juventud puede representar una amenaza para el futuro de la democracia en Brasil. En ese sentido, las hipótesis propuestas para este trabajo son: H1) El patrón de valores predominante en la juventud brasileña no presenta grandes transformaciones en los últimos veinte años, pero sí la eventual intensificación de valores preexistentes; H2) Hubo un proceso de expansión de valores conservadores y autoritarios en la juventud brasileña, especialmente en la última década; H3) El aumento de la presencia de valores conservadores y autoritarios en la juventud brasileña del siglo XXI indica riesgos potenciales para el futuro del sistema democrático en el país. La metodología utilizada es cuantitativa a través del método de investigación de encuestas, utilizando datos de tres investigaciones empíricas realizado por el Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL), vinculado al Programa de Posgrado en Ciencias Políticas de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aplicado en las tres capitales de la región sur de Brasil con jóvenes estudiantes de secundaria entre 13 y 24 años. Los resultados indican que el patrón de valores predominantes en la juventud brasileña no muestra grandes transformaciones en los últimos veinte años, ni la inauguración de un nuevo movimiento político ni dinámicas que no estaban en marcha. Al mismo tiempo, hubo un crecimiento constante de los valores autoritarios en la juventud, asociado a la desilusión con el sistema político, sus actores y sus instituciones, el crecimiento de la negación de la política como herramienta eficaz para la solución de los problemas sociales y estructurales del país. La tenacidad de estos valores en las nuevas generaciones sugiere que la elección de Bolsonaro puede no haber sido la última de un candidato que logra sistematizar los valores autoritarios en la próxima coyuntura favorable, y realizar las aspiraciones antidemocráticas que serían recibidas con la aprobación de una parte considerable de los ciudadanos brasileños.

Palabras clave: Conservadurismo brasileño. Autoritarismo. Cultura política. Juventud.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Presença de autoritarismo de acordo com o gênero (%)	36
Gráfico 2 - Presença de autoritarismo de acordo com o tipo de escola (%)	38
Gráfico 3 - Presença de autoritarismo de acordo com a religiosidade (%)	39
Gráfico 4 - Presença de autoritarismo de acordo com a classe social (%)	41
Gráfico 5 - Presença de autoritarismo de acordo com o interesse por política (%)	43
Gráfico 6 - Presença de autoritarismo de acordo com a desconfiança interpessoal (%)	45
Gráfico 7 - Presença de autoritarismo de acordo com a posição ideológica (%)	46
Gráfico 8 - Presença de autoritarismo de acordo com a percepção da democracia como melhor regime possível (%).....	48
Gráfico 9 – Percepção da democracia como melhor regime político no Brasil (2002-2018) (%)	49
Gráfico 10 - Presença de autoritarismo de acordo com o agente de socialização (%)	50
Gráfico 11 - Presença de autoritarismo de acordo com a disposição para debater política com outras pessoas (%)	52
Gráfico 12 - Presença de autoritarismo de acordo com a disposição para votar se o voto não fosse obrigatório (%)	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Construção do Índice de Autoritarismo	34
Tabela 2 – Índice de Autoritarismo	35
Tabela 3 – Distribuição da religiosidade na juventude porto-alegrense (2001-2019).....	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CULTURA POLÍTICA	19
3. CONCEITOS CENTRAIS: CONSERVADORISMO E AUTORITARISMO	23
3.1. CONSERVADORISMO	23
3.1.1. CONSERVADORISMO NO BRASIL	27
3.2. AUTORITARISMO.....	29
4. TRAJETÓRIA DOS VALORES AUTORITÁRIOS NA JUVENTUDE BRASILEIRA: MUDANÇAS E CONTINUIDADES	33
4.1. ÍNDICE DE AUTORITARISMO	33
4.2. VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS	36
4.2.1 – GÊNERO	36
4.2.2 – TIPO DE ESCOLA.....	37
4.2.3 - RELIGIOSIDADE	39
4.2.4 – CLASSE SOCIAL	41
4.3 VALORES POLÍTICOS.....	42
4.3.1 INTERESSE POR POLÍTICA	42
4.3.2 DESCONFIANÇA INTERPESSOAL	44
4.3.3 POSIÇÃO IDEOLÓGICA	45
4.3.4 PERCEPÇÃO DA DEMOCRACIA COMO MELHOR REGIME POSSÍVEL	47
4.3.5 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	50
4.3.6 DISPOSIÇÃO PARA CONVERSAR SOBRE POLÍTICA.....	52
4.3.7 DISPOSIÇÃO PARA O VOTO	53
5. CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60
ANEXOS.....	67
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIOS 2001, 2015 E 2019.....	67
ANEXO 2 – ÍNDICE DE AUTORITARISMO.....	93

1. INTRODUÇÃO

O pleito de 2018 trouxe à tona como a popularização das mídias digitais e a admissão do campo político no ciberespaço¹ produziu variações no custo da participação política e no espectro de atividades políticas (ANDUIZA et al., 2009), bem como os efeitos da erosão de fronteiras entre gêneros informativos e de entretenimento. Essas novas configurações permitem que a esfera política possa ser apresentada de maneira informal, menos abalizada do que o jornalismo tradicional e, portanto, mais suscetível ao público jovem (SANGIRARDI; 2013). Sob essa ótica, estaria em curso uma alteração significativa no discurso produzido pelas novas mídias, com potencial de alterar comportamentos, atitudes e percepções dos mais jovens cidadãos (MORAIS, 2017).

Há divergências, porém, na tradução concreta do potencial de alteração suscitado pela emergência dessa nova esfera de debate político no comportamento e atitude da juventude. De um lado, a teoria da mobilização contempla se estaria em andamento um incremento do engajamento dos jovens, isto é, se estaria a juventude mais interessada, mais participativa, efetivando a redução de custos proporcionados pelas novas ferramentas para exercer seu direito de voto e até elegendo jovens candidatos comprometidos com uma plataforma voltada para a juventude e valores caros às novas gerações (NORRIS, 2000; POLAT, 2005; RECUERO, 2009). Do outro, correntes que não ignoram os potenciais efeitos negativos procuram identificar como esses instrumentos estariam sendo utilizados para reforçar os valores e atitudes já existentes, senão promover a desmobilização e apatia política, o isolacionismo e a radicalização (PUTNAM, 1995; BOULIANNE, 2009; PATTERSON, 2000).

No caso brasileiro, o potencial de fornecer às novas gerações meios que podem se concretizar tanto na maior participação e representação política quanto na desmobilização e radicalização está inserido em um ambiente em que a baixa participação dos jovens no processo eleitoral é preocupante (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011), pois esse momento é compreendido na literatura como ponto contato do jovem ao sistema político, e momento propício para a internalização dos valores democráticos através do "processo de incorporação e

¹ Interconexão digital entre computadores ligados em rede. É um espaço que existe entre os computadores, quando há uma conexão entre eles que permite aos usuários trocarem dados (MARTINO, 2014; p. 29). Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação (LÉVY, 2000, p. 92-93).

institucionalização de crenças que valorizem a mobilização e participação políticas” (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011, p. 370).

A baixa participação política por parte da juventude brasileira é apontada como aspecto da cultura política híbrida (BAQUERO, 2018) ou ambivalente (MOISÉS, 1995), em que a defesa difusa do regime democrático convive com a presença generalizada de valores e atitudes autoritárias, e da democracia inercial (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011; 2016), incapaz de traduzir os avanços institucionais desenvolvidos desde a década de 1980 na erradicação das características autoritárias presentes nas gerações anteriores, que são, portanto, reproduzidas pelas gerações seguintes.

No contexto estadunidense, Norris e Inglehart (2019) definem “valores” como orientações basilares formadas pelas experiências adquiridas na infância e adolescência que tendem a persistir pela vida toda. Nessa ótica, os grupos geracionais e o tamanho relativo que cada um representa em dada sociedade, à semelhança do processo de substituição de gerações pelas mais novas, podem resultar em redirecionamentos significativos nos valores dominantes. No caso brasileiro e devido a suas particularidades, a substituição de grupos geracionais parece não ser o suficiente para garantir uma substituição relevante de valores (BAQUERO, 2018; MORAIS, 2017; MOISÉS, 1995). Além disso, o conceito de “*cultural backlash*” foi cunhado na intenção de explicar a ascensão de um novo fenômeno político, marcado pelo conservadorismo populista e autoritário no cenário europeu e estadunidense. Essa formulação dificulta a compreensão nos casos latino-americanos, especialmente do Brasil (CASTRO; SANTOS; BEAL, 2022), uma vez que a reprodução de valores através da socialização política não parece suscitar rupturas, mas sim continuidades, como a permanência do conservadorismo brasileiro que sempre esteve calcado em valores autoritários (LYNCH, 2017).

O primeiro turno da eleição geral de 2022 no Brasil teve um resultado ambíguo para os apoiadores do presidente Bolsonaro (PL). Dos dezessete ex-ministros do Governo Bolsonaro que concorreram a cargos como deputados, senadores e governadores, nove foram eleitos e outros três seguiram na disputa do segundo turno em seus respectivos estados². Além disso, o

² São eles: Marcos Pontes (PL-SP), ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, eleito senador; Sergio Moro (União Brasil-PR), ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, eleito senador; Damare Alves (Republicanos-DF), ex-ministra da Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos, eleita senadora; Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, eleita senadora; Eduardo Pazuello (PL-RJ), ex-ministro da Saúde, eleito deputado federal; Rogério Marinho (PL-RN), ex-ministro do Desenvolvimento Regional, eleito senador; Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente, eleito deputado federal; Osmar Terra (MDB-RS), ex-ministro da Cidadania, eleito deputado federal; Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG), ex-ministro do Turismo, eleito deputado federal. No segundo turno: Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), ex-ministro da Infraestrutura; Onyx Lorenzoni (PL-RS), ex-ministro da Casa Civil, da Cidadania, da Secretaria-Geral da

Partido Liberal (PL) que abrigou Bolsonaro e seus principais apoiadores arrematou a maior bancada da Câmara, com 99 deputados, representando 19% do total da Casa. Mesmo ajudando a eleger a maioria dos seus ex-ministros que concorreram, e garantido ao partido que o abrigou a maior bancada da casa, Jair Bolsonaro passou para o segundo turno com 43,2% dos votos, atrás dos 48,4% de seu rival Lula da Silva (PT).

Dos deputados federais eleitos pelo PL, quatro tinham menos de 30 anos de idade. São eles André Fernandes (PL-CE) de 24 anos, Icaro De Valmir (PL-SE), 21 anos – deputado mais jovem a ser eleito nesse pleito, Matheus Noronha (PL-CE), 24 anos e Nikolas Ferreira (PL-MG) de 26 anos, eleito em 2022 com 1.492.047 votos, tornando-se o deputado federal mais votado no Brasil. Bem como os demais jovens do PL, a eleição de Nikolas – que conta com uma robusta base de engajamento digital, e utiliza da retórica conservadora e autoritária para cativar (e radicalizar) seus seguidores (SIMPSON, 2022; RAMOS, 2021) faz parte da ampliação de uma bancada conservadora no Congresso Nacional, alinhada aos valores defendidos por Bolsonaro desde o processo eleitoral de 2018.

Tanto nesse quando naquele pleito, o uso das mídias digitais foi calorosamente explorado, em especial de forma ilícita, pela disseminação de notícias falsas e teorias da conspiração (RECUERO, 2020). O uso agressivo e contundente da comunicação pelas redes sociais como forma de engajamento, convencimento e ação política foi uma marca dos quatro anos de governo Bolsonaro e de seus aliados (FARIAS; CASARÕES; MAGALHÃES, 2022; RECUERO et al., 2022).

Apesar da derrota de Bolsonaro no segundo turno do pleito de 2022, a eleição de deputados federais representantes de uma nova geração política (entre elas a do deputado mais votado do país) que reproduzem o conservadorismo autoritário brasileiro presente no discurso do ex-presidente, nomeadamente de não-aceitação da diversidade, da preferência de um líder forte sem a necessidade do Congresso Nacional ou partidos políticos, da rejeição de valores como direitos humanos e garantias dos indivíduos, ensejam os questionamentos: houve um crescimento do conservadorismo na juventude brasileira, ou esses valores sempre estiveram latentes? A eleição de Bolsonaro em 2018 pode estar acompanhada da inauguração política de uma nova geração em que predomina o conservadorismo brasileiro, crivado pelos valores autoritários que podem, no limite, colocar em risco o futuro democrático do país?

Presidência e do Trabalho e Previdência; Braga Netto, ex-ministro da Defesa e ex-ministro-chefe da Casa Civil, candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro.

Visando entender as dinâmicas apresentadas até aqui, o problema que guia essa pesquisa é: Houve uma mudança no padrão de valores políticos resultando no incremento da presença de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira no século XXI? Dessa forma, o objetivo geral dessa dissertação é verificar se a dinâmica dos padrões de valores políticos da juventude brasileira aponta para o aumento da presença de valores conservadores e autoritários no século XXI. Os objetivos específicos são:

- 1) Desenvolver um índice de autoritarismo;
- 2) Averiguar o impacto de fatores explicativos demográficos na diferença de padrões de valores;
- 3) Compreender se a mudança ou continuidade da dinâmica dos valores políticos prevalentes na juventude podem representar uma ameaça ao futuro da democracia no Brasil.

Nesse sentido, as hipóteses propostas para esse trabalho são:

H1) O padrão de valores predominantes na juventude brasileira não mudou ao longo dos últimos vinte anos, mas representa o acirramento de valores pré-existentes;

(H2) Houve um processo de expansão de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira, principalmente na última década;

(H3) O incremento da presença de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira no século XXI indica potenciais riscos ao futuro do sistema democrático no país.

Partindo do arcabouço teórico da Cultura Política, é utilizado o protocolo quantitativo através do método survey, fazendo uso de um questionário semiestruturado autoaplicável, em que é possível identificar valores, crenças e atitudes da população estudada utilizando técnicas sistemáticas de análise em uma amostra representativa (BABBIE, 1999; BAQUERO, 2009), além de fornecer um grau de anonimato favorável ao respondente para exteriorizar seus entendimentos sobre questões éticas ou sensíveis que, de outra forma, seriam expressas com maior relutância, de forma desvantajosa à pesquisa (MAY, 2004).

Em âmbito nacional, um conjunto de dados coletados sistematicamente em escolas públicas e privadas com essas características é aquele das pesquisas empíricas “Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil”, aplicada em 2001 (anexo 1), coordenada por Baquero, “Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, aplicada em 2015 e “Democracia, valores políticos e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, aplicada em 2019 (anexo 1), ambas coordenadas por Baquero e González. As três pesquisas foram aplicadas pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em

Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As pesquisas coletaram dados de 500 jovens entre outubro e novembro de 2001³, 2.035 entre março de 2015 e junho de 2016⁴, e 863 entre agosto e dezembro de 2019⁵.

Para o recorte empírico, será observado como jovens do Ensino Médio desenvolvem esses valores em três momentos: dois pré-Bolsonaro, um em seu primeiro ano de mandato. Dessa forma, pretende-se identificar se o padrão de valores autoritários é recente, presentes em 2015 e 2019, mas não em 2002, ou se a emergência de uma juventude conservadora e autoritária é um fenômeno que poderia ser previsto, com padrão de valores consistentes desde o início do século. Os questionários aplicados em 2002, 2015 e 2019 cobrem momentos relevantes na história recente do Brasil, como a inserção das mídias digitais na universalidade do cotidiano, os protestos de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff em 2015, as eleições de 2018 e primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro.

A análise dos dados coletados será operacionalizada por uso do programa de análise estatística IBM SPSS, procurando explorar a caracterização da evolução do padrão dominante de valores, se houve uma mudança de perfil do padrão de conservadorismo autoritário em relação a cultura política e se trata de um fenômeno mais recente ou histórico, a relação com fatores explicativos demográficos entre o início dos anos 2000, na metade e final da década de 2010 e como estão relacionados com os potenciais riscos à democracia brasileira, avaliando frequências e cruzamentos entre o índice de autoritarismo (variável dependente) e as variáveis socioeconômicas e de valores políticos (variáveis independentes), com teste de qui-quadrado de Pearson⁶.

Diferente de países em situações em que há a tradição de realizar surveys em escolas de forma regular, o Brasil não possui tradição de pesquisa entre jovens, sendo os eleitores a população foco dos estudos sobre Cultura Política. Dessa forma, enquanto o problema suscitado é válido pra a totalidade da população jovem brasileira, pela ausência de dados de amplitude nacional e pelo grau de abrangência amostral e temporal, os dados coletados e organizados pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina atendem de forma satisfatória ao propósito de verificar os elementos pontuados nesse projeto, ou seja, anterior ao primeiro

³ Apenas na cidade de Porto Alegre/RS.

⁴ Nas cidades de Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC e Curitiba/PR.

⁵ Apenas na cidade de Porto Alegre/RS.

⁶ “O Qui-Quadrado é um teste de hipóteses que se destina a encontrar um valor da dispersão para duas variáveis nominais e avaliar a associação existente entre variáveis. Quando seu valor é igual ou menor que 0,05 as variáveis analisadas apresentam associação, podendo se afirmar que os dados possuem significância” (MORAIS, 2017, p. 32).

mandato petista de Luiz Inácio Lula da Silva em 2001, em 2015, no bojo do antipetismo, desencanto com a política e o associado crescimento de discurso conservador na política anterior à eleição de Bolsonaro, e, por fim, após a eleição de Jair Bolsonaro, com o survey de 2019.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, além da presente introdução e das considerações finais.

O capítulo dois contém elementos teóricos acerca da Cultura Política, em que serão abordados a origem e o desenvolvimento do conceito, assim como exposta a teoria do desenvolvimento humano e particularidades do contexto brasileiro.

O capítulo três trata sobre os conceitos centrais na discussão proposta: conservadorismo e autoritarismo. Sobre o conservadorismo, é desenvolvido o esforço para caracterizá-lo conceitualmente, os atributos ideológicos e práticas de seu desenvolvimento no âmbito anglo-saxão, além de uma seção que propõe esmiuçar a especificidade do conservadorismo brasileiro, marcado pela importação de valores autoritários em seu núcleo-duro. Quanto ao autoritarismo, busca-se contextualizar as tentativas de sistematização do conceito e a distinção de suas características entre estrutura de sistemas políticos, disposições psicológicas e ideologias políticas, além de apresentar quais desses aspectos são utilizados pelo conservadorismo brasileiro.

O capítulo quatro trata da análise de dados propriamente dita, apresentando o desenvolvimento do índice de autoritarismo e o cruzamento deste com as variáveis de interesse, nomeadamente aquelas relacionadas com as variáveis socioeconômicas e de valores políticos por meio de análises descritivas a partir dos bancos de dados do NUPESAL (UFRGS), com o intuito de testar as hipóteses propostas, fazendo uso dos elementos tratados nos capítulos anteriores.

2. CULTURA POLÍTICA

Essa dissertação faz uso do arcabouço teórico da Cultura Política, desenvolvido no campo inaugurado por Almond (1956) e Almond e Verba (1963). Até a década de 1960, Castro (2008) identifica a predominância paradigmática no campo da ciência política em compreender o surgimento, consolidação e estabilidade da democracia liberal como seus procedimentos burocráticos, legais ou executivos – no método democrático (SCHUMPETER, 1961). Almond e Verba (1963) ajustam o olhar científico às orientações de caráter psicológico, cognitivo, afetivo e avaliativo das sociedades, buscando o entendimento sistemático de comportamentos e orientações políticas. Todo sistema político estaria “enraizado” em um conjunto de fatores sociais e culturais, ou seja, não na forma que o sistema político apresenta, mas no conteúdo daqueles que o compõe, em sua cultura política. Para Baquero e Prá (2007) “a cultura política se refere ao processo através do qual as atitudes dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político” (BAQUERO; PRÁ, 2007, p. 5-6).

Mesmo com as críticas válidas aferidas à obra de Almond e Verba (1963), como o eurocentrismo e unilateralidade da democracia liberal como resultado ideais dos arranjos institucionais, *The Civic Culture* embasou o desenvolvimento de outros trabalhos de rigor metodológico, com capacidade de analisar valores e crenças de grupos sociais (INGLEHART, 1971, 1988, 2002; PUTNAM, 1995), a teoria do desenvolvimento humano e a emergência de valores de autoexpressão (INGLEHART; WEZEL, 2005), bem como o desenvolvimento de valores assertivos (DALTON; WELZEL, 2014).

Inglehart (1971) percebe mudanças fundamentais nos valores⁷ presentes em democracias consolidadas que conflitam com o paradigma apresentado na década de 1960. Nessas sociedades, as gerações socializadas após a II Guerra Mundial não depositam interesse e preocupação em necessidades materiais de forma tão imperativa quanto às gerações anteriores, dispostos a estabelecer freios no crescimento econômico em detrimento às questões pós-materiais, como o ambientalismo, redução das desigualdades e a melhora nos níveis de qualidade de vida. Nas sociedades em que necessidades materiais de sobrevivência⁸ são sanadas, há o desenvolvimento de valores pós-materialistas. Estaria em curso então uma

⁷ “Valores” podem ser compreendidos como o conjunto de orientações fundamentais, formadas por experiências adquiridas na infância e adolescência que tendem a ser duradouras por toda a vida do indivíduo (NORRIS, INGLEHART, 2019).

⁸ acesso à moradia, à educação, à saúde e à segurança.

substituição de valores no perfil de cidadão democrático, em que tais sociedades não são mais compostas por cidadãos leais, mas por cidadãos críticos, enquanto substituem os valores de sobrevivência por valores de autoexpressão, sendo que esses novos valores afetam as orientações dos indivíduos em relação à participação política.

Norris e Inglehart (2019) identificam na mudança de atitudes e comportamentos preconizados pelas novas gerações, fomentando a substituição de valores concomitante com a substituição geracional, uma contrarreação de conservadores e tradicionalistas das gerações mais velhas que percebem suas crenças e normas perdendo o status hegemônico, compreendendo as mudanças demográficas como fator ativo na reconfiguração do mundo que conhecem. Essa frustração, raiva e ressentimento costumam ser suprimidos em uma espiral de silêncio até chegar a um "ponto de inflexão". Nesse momento, os sentimentos de ameaça às normas sociais são explorados por autoritários ou populistas, propiciando um “cultural backlash”: a criação de resistência ativa frente às mudanças de valores culturais, o acirramento da polarização, legitimação de movimentos racistas, xenofóbicos e misóginos que, mobilizando uma considerável parcela da sociedade, pode encontrar seu caminho às urnas e às altas instâncias de representação e poder.

Nas sociedades em que a democracia como sistema sociopolítico está em processo de consolidação, a democratização pode estar inserida em um ciclo virtuoso, em que novas instituições e configurações sociais catalisam novos valores, atitudes e comportamentos (DIAMOND, 1994), ou em uma sociedade em que os valores não-democráticos persistem, impedindo a mudança no padrão cultural dominante, mesmo com a estabilidade institucional e crescimento econômico (INGLEHART, 1988).

Para Castro (2012), o apreço ao sistema democrático é enraizado pelos cidadãos de países em que a democracia liberal e o capitalismo são desenvolvidos de forma simbiótica pelo processo de socialização política - algo que não ocorre na América Latina, uma vez que, nesse continente, o capitalismo desenvolveu-se “sem que existisse uma base social, política, econômica ou ideológica de cunho liberal” (CASTRO, 2012, p. 83). Nesse sentido, Foa e Mounk (2016) aponta que cidadãos de democracias aparentemente consolidadas não estão tornando-se mais exigentes com a qualidade de representação, mas que os níveis de desconfiança e insatisfação crescem concomitante aos de apatia política e apoio às alternativas autoritárias.

Também, cidadãos podem apresentar lealdade aos valores democráticos enquanto rejeitam instituições essenciais à governança democrática (FOA; MOUNK 2016). Para captar

concretamente a causa das variações nos níveis de apoio democrático, é necessário perceber como mudou o próprio conceito de democracia, e que uma crise de legitimidade desse modelo já não se encontra fora dos limites da realidade.

Na América Latina, a segunda metade do século XX foi marcado pelas ditaduras militares. Os estudos seminais de cultura política, não imunes às condições políticas de seu tempo, costumavam descrever as culturas políticas da região como ausentes de valores cívicos, caracterizadas por suas formas paroquiais ou súditas, (PYE; VERBA, 1965; ALMOND; COLEMAN, 1960), com valores materialistas de sobrevivência, ainda longe de desenvolver valores pós-materialistas de autoexpressão. Dalton e Shin (2014) demonstram que, na verdade, o forte contraste de culturas políticas entre nações em desenvolvimento e democracias pós-industriais não é constatável. Ao mesmo tempo que as diferenças nos níveis de interesse por política não são grandes, o modelo de lealdade como concebido originalmente parece incompatível aos processos político-democráticos contemporâneos.

Em contrapartida, Moisés (2011) verifica que, enquanto nas velhas democracias as insatisfações processuais possam instigar a participação e a reforma política, em países recém-democratizados o efeito tende a ser a apatia política, desistência de participação e desconfiança das instituições, associação de sentimentos negativos acerca da eficácia do sistema político, constatados na preferência por arranjos democráticos que excluem partidos ou parlamentos.

Fica aparente que a América Latina necessita um conceito de cultura política operacionalizável que não pode ser puramente importado, mas que considere as particularidades da nossa formação histórica. Para Castro (2008),

um estudo que vise a ir além da aceitação do modelo de cultura cívica deve partir dos conceitos conhecidos, dos trabalhos teóricos e empíricos realizados e dos instrumentos metodológicos disponíveis para procurar construir uma teoria de cultura política adequada às condições da América Latina. (CASTRO, 2008, p. 23)

No quadro nacional, Baquero (2007, 2017) identifica aquilo que chama de "democracia inercial", quando a economia e a política, duas dimensões que deveriam ser razoavelmente simétricas, seguem caminhos incongruentes, desenvolvem-se obstáculos na instalação da democracia plena e igualitária.

Apesar dos avanços institucionais, a incapacidade de sintonizar demandas populares à produção de políticas públicas e não-erradicação de vícios de um passado autoritário contaminam o processo democrático, que permanece a reproduzir desigualdades na forma de uma cultura política híbrida, em que os cidadãos, simultaneamente, consideram a democracia

como melhor forma de governo enquanto apresentam altos índices de insatisfação e desconfiança às instituições essenciais para o funcionamento do sistema democrático, em que o repúdio ao autoritarismo formal acompanha ceticismo em relação a eficácia do tipo de democracia vigente (BAQUERO, 2007; BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011). O cenário nacional seria marcado, portanto, pela

existência de uma cultura política híbrida, que evoluiu em relação ao passado, mas que mostra contradições presentes em todas as gerações, não sendo previsível que seja um problema a ser resolvido pela mera recomposição da população, com o ingresso de novos cidadãos na vida política (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011, p. 395).

González (2015) aponta a necessidade de considerar aspectos referentes à cultura política nas discussões sobre qualidade democrática, uma vez que a cultura política híbrida de apoio ao método democrático concomitante à aceitação de soluções autoritárias em momentos de crise política ou social parece ser válida tanto para o Brasil quanto para outros países latino-americanos. Com a persistência dessas características,

os golpes civis ou militares na velha tradição do autoritarismo do século XX tendam a se tornar cada vez mais raros, as novas formas de ruptura, travestidas de respeito aos mecanismos legais e de manutenção formal da democracia devem continuar a fazer parte do cenário político da América Latina no século XXI. (GONZÁLEZ, 2015, p. 143)

Essas dicotomias podem ser causadoras e catalisadoras do fortalecimento da antipolítica, negligência das formas tradicionais de mediação política, como os partidos políticos e, recentemente, o uso das novas tecnologias de comunicação como mecanismo virtual de mediação, substituindo "instituições clássicas de mediação da política em uma democracia liberal" (BAQUERO; CASTRO; RANINSHESKI, 2016, p. 103).

Moisés (2008) aponta que as orientações políticas dos cidadãos em sociedades marcadas pela herança de traços autoritários na cultura política são fortemente afetadas por essas contradições nos valores de apoio à democracia, possibilitando a simpatia por soluções às margens das normas democráticas com o objetivo de resolver os problemas da sociedade, desconfiando (senão desprezando) de partidos e do congresso, formas tradicionais de mediação que não conseguem reduzir o grau de incongruência entre sua oferta institucional e a demanda cultural dos cidadãos, mesmo após décadas realizando eleições regularmente.

3. Conceitos centrais: conservadorismo e autoritarismo

Os termos "conservadorismo" e "autoritarismo" podem apresentar certas dificuldades de conceitualização, em parte pela polissemia dos conceitos e das formas como são utilizadas na literatura ou no senso comum. De toda forma, não devem ser confundidos, pois apesar da possibilidade de coexistência de características, não se trata de componentes necessariamente similares.

3.1. Conservadorismo

O conceito de conservadorismo passa por tentativas de definição como de Mannheim (1986), Huntington (1957) e Scruton (1980). Bobbio et al (1998) posicionam o conservadorismo nesse conflito com o progressismo. Seu polo estaria sempre apresentado no campo da negação, de caráter alternativo; existe só apenas porque há uma posição progressista. Essa seria a causa da tendência de não-sistematização do pensamento conservador, deixando aberto seu caráter alternativo a qualquer forma que a conjuntura exigir que este seja. É dessa forma que se daria a impossibilidade de determinar analiticamente o conteúdo eminentemente histórico dos termos que a compõem.

De forma geral, essa ideologia é categorizada como uma estrutura mental objetiva, dinâmica e condicionada historicamente. Trata de um modo de pensar e agir coerente e reflexivo, organizado de forma mais ou menos consciente na oposição ao movimento "progressista", ou ao pensamento liberal-burguês, caracterizado como o tradicionalismo tomado consciente que surge e se desenvolve no cenário da sociedade de classes, marcado pelo dinamismo das múltiplas e sucessivas transições na organização social da modernidade. É possível encontrar traços teórico-metodológicos estruturantes do pensamento conservador derivados do problema central que está em sua origem, na Europa XVIII: a oposição ao pensamento baseado no direito natural (FERREIRA; BOTELHO, 2010). Consoante a essa interpretação, González, Baquero e Grohmann (2021) identificam que

o conservadorismo, portanto, pode ter diferentes conteúdos, do ponto de vista político, como uma ideologia que defende a manutenção de tradições e rejeita mudanças radicais, mas que pode ser associada ao pluralismo de ideias liberal – sustentado por regras do jogo, historicamente ligado às origens do Partido Republicano dos EUA ou aos Tories do Reino Unido no século XX – como, por outro lado, pode ser reacionária (ROBYN, 2017; HIRSCHMAN, 1992) e incluir características autoritárias (GONZÁLEZ; BAQUERO; GROHMANN, 2021, p. 14).

No esforço de categorizar o conservadorismo como um objeto das ciências sociais ao desenvolver uma teoria do conservadorismo como ideologia, Huntington (1957) categoriza o conservadorismo como um sistema de conceitos ativados para justificar qualquer forma de ordem social vigente contra todo desafio fundamental a sua natureza. Seria, portanto, uma ideologia marcada por uma estrutura mental objetiva, dinâmica e condicionada historicamente, ou seja, em que suas posições são condicionadas pelo panorama histórico em que está a reação.

A ação conservadora mostra-se não meramente como uma reação automática aos movimentos progressistas de cada contexto histórico, mas pressupõe um tipo de condução política – que pode ser exercida nas mais diversas maneiras, e liderada pelos mais diversos agentes. Para Mannheim (1986), a ação conservadora pressuporia “uma orientação consciente ou inconsciente a um modo de pensar e agir, que em seu conteúdo e forma, é sempre historicamente caracterizado e identificado [...] antes mesmo de chegar ao indivíduo” (MANNHEIM, 1986, p. 94).

Organizada dessa forma, a ideologia e ação conservadora conformam-se não como a defesa da ausência de mudança, mas como “resistência teórica sistemática articulada à mudança” (HUNTINGTON, 1957). Compreendido assim, trata-se de uma posição ideológica desenvolvida na reação a uma situação social específica, desenvolvida nas necessidades históricas específicas daquele quadro. Quando essa necessidade retrocede, também recua a filosofia conservadora, conformando os pensamentos conservadores em uma dinâmica repetitiva, e não evolucionária.

Devido a esse caráter repetitivo, pontual e reativo ao contexto histórico, o pensamento conservador apresenta uma dicotomia: “conservatism, the defender of tradition, is itself without tradition. Conservatism, the appeal to history, is without history” (HUNTINGTON, 1957, p. 460). A ausência de tradição teórica e coerência histórica presente em uma corrente fundamentada na reação de um aspecto pontual fazem com que, mais do que qualquer outra ideologia, o pensamento conservador permite ser condensado em um “catálogo de princípios e conceitos”. Enquanto outras ideologias apresentam ideias básicas como pontos de partida na interpretação da realidade, no conservadorismo as ideias básicas são a completude de sua substância teórica, revelando seu caráter estático e limitado.

Não é, portanto, a riqueza teórica, a profundidade do argumento apresentado, reapresentado e debatido que justifica o engajamento de vozes relevantes às parcelas cada vez mais consideráveis do eleitorado – seja brasileiro, estadunidense ou europeu, ao pensamento conservador. Esses agentes são atraídos e aderem ao conservadorismo pelo “shock of events,

by the horrible feeling that a society or institution which they have approved or taking for granted and with which they have been intimately connected may suddenly cease to exist” (HUNTINGTON, 1957, p. 467). Essa angústia de que a sociedade em que o agente foi socializado e a forma como interpreta a realidade esteja ruindo pode ser real ou induzida, causada e resolvida por uma miríade de fatores. De qualquer forma, para Huntington, a justificativa da primazia moral que obriga aqueles que fazem parte de certa ordem social de defendê-la, os inimigos internos ou externos que querem destruí-la, e a forma com que devem ser combatidos apresentam-se como uma resistência teórica sistemática articulada à mudança, conformada na forma mais coerente de reação àquela determinada conjuntura histórica.

De forma divergente, para Scruton (1984), a realidade do ato política está baseada na ação, e a ação deriva do pensamento, logo, ações consistentes demandam uma linha de pensamentos igualmente consistentes. Como essa consistência não é presente no conservadorismo, surge a ilusão que se trata de uma ideologia sem pensamento, conjunto de crenças e princípios ou visão geral de sociedade que rege o comportamento conservador, sendo sua ação nada mais que reação e sua crença a nostalgia.

Na realidade, o conservadorismo como ideologia sistematizada é capaz de produzir manifestos coerentes quando forçado pela necessidade política, todavia padece na sua tendência inexorável de evitar abstrações, de ser fundamentalmente inarticulado, relutante e incapaz de traduzir seus postulados máximas que perdurem em mais do que um contexto histórico específico.

O agente conservador se identifica com a ideologia quando reconhece o seu pertencimento como algo que remete a continuidade de uma ordem social pré-existente, assim, é reforçado o desejo de conservar todo e qualquer arranjo social fundamental à forma com que está inserido na sua realidade. Apesar disso, o desejo de conservar é compatível com a mudança, desde que represente a continuidade da ordem vigente.

A visão a-histórica do conservador, alinhada ao comportamento indisposto de desenvolver a abstração, não permitem que este idealize um futuro utópico que não esteja, de forma intrínseca e indissociável, vinculada ao presente ou passado. A conformação e interpretação da realidade deve estar assentada no que é material e concreto, das *coisas como elas são*, e a ação humana, fundamentada nas forças motrizes da realidade: autoridade, lealdade e tradição (SCRUTON, 1984). A autoridade é necessária para organizar a sociedade, e deve contar com a lealdade num grau de enlace que transcenda os valores objetivos da materialidade, assim como são os laços familiares, por exemplo. Para existir uma lealdade transcendental dessa

magnitude, ela deve estar baseada nas tradições e costumes. Nessa perspectiva, a tradição não é um elemento estático, mas “the active achievement of continuity; it can be restored, rescued and amended as grace and opportunity allow” (SCRUTON, 1984, p. 111).

Inglehart (1971) percebe mudanças fundamentais nos valores presentes em democracias consolidadas que conflitam com o paradigma apresentado na década de 1960. Nessas sociedades, as gerações socializadas após a II Guerra Mundial não depositam interesse e preocupação em necessidades materiais de forma tão imperativa quanto às gerações anteriores, dispostos a estabelecer freios no crescimento econômico em detrimento às questões pós-materiais, como o ambientalismo, redução das desigualdades e a melhora nos níveis de qualidade de vida. Nas sociedades em que necessidades materiais de sobrevivência são sanadas, há o desenvolvimento de valores pós-materialistas. Estaria em curso então uma substituição de valores no perfil de cidadão democrático, em que tais sociedades não são mais compostas por cidadãos leais, mas por cidadãos críticos, enquanto substituem os valores de sobrevivência por valores de autoexpressão, sendo que esses novos valores afetam as orientações dos indivíduos em relação à participação política. Nesse sentido, “conservador” é aquele contrário à substituição de valores materialistas pelos pós-materialistas que, quando mobilizado e organizado politicamente, podem levar a um *cultural backlash* (NORRIS, INGLEHART, 2019).

Mais do que as convicções desenvolvidas ao longo do convívio político, o conservador defende a sua ordem social vigente não pela força dos argumentos teóricos, mas porque conhecê-la tão bem, viver dela e com ela, ver sua própria identidade e lugar no mundo ameaçada quando algo ou alguém arrisca interferir nas configurações de seu funcionamento. O conservador é intransigente na defesa da continuidade, e age de forma ativa para garanti-la.

Considerando esses pontos, Ricupero pondera que, enquanto os progressistas tomam o presente como ponto de partida para o futuro, os conservadores o verão como o mais avançado estágio alcançado pelo passado. A ideia central não é a de sucessão dos arranjos, normas e valores com o passar do tempo, mas de coexistência, e a noção de história mais identificada no campo espacial do que temporal (MANNHEIM, 1986). Não é universalista, mas intrínseco ao relacionado com a conjuntura histórica que corresponde à dissolução do antigo regime. não é uma atitude psicológica, tradicionalista, mas uma postura política consciente (MANNHEIM, 1986).

3.1.1. Conservadorismo no Brasil

A literatura que abarca o conservadorismo no Brasil e seu papel no desenvolvimento político nacional abrange seu desempenho como força político-social na sociedade brasileira nos mais diversos momentos de sua formação. Compreender como essa ideologia política se desdobra parece fundamental para o entendimento de uma cultura política nacional que menospreza a monumental desigualdade que marca a sociedade brasileira (BOTELHO; FERREIRA, 2010).

Essa versão brasileira carrega traços da produção oitocentista, com foco na “valorização positiva da formação política brasileira sob o regime imperial logo após a independência” (LYNCH, 2010, p. 40). Esse discurso conservador defende uma organização institucional nas conformidades do sistema inglês, porém com inusitada concentração de poder na coroa – singular protetora do bem comum numa esfera degradada pela inconsequente busca do poder e satisfações pessoais (LYNCH, 2010).

Se por um lado a versão brasileira busca inspiração no ambiente europeu, deve encarar as raízes do cenário local. A invocação da virtude do passado e a superioridade moral dos arranjos sociais tradicionais esbarram no atraso civilizatório do contexto brasileiro no século XIX, e são pontos espinhosos para enquadrar nos moldes do conservadorismo clássico, quando esse passado e esse arranjo estão embasados na exploração da mão-de-obra escrava e no saque das américas pelos impérios europeus. O conservadorismo no Brasil (e na América Latina inteira) se depara com a destituição de um passado aproveitável e a impossibilidade de olhar politicamente para trás (LYNCH, 2017).

Para Faoro (1973), o processo de formação do Estado brasileiro apresenta a característica de ser um *continuum* do modelo colonial político português, marcado pelo poder do estamento burocrático constituinte do Estado sobre a sociedade. Datada de 1824, nota-se que a primeira constituição brasileira – fruto de um decreto do Imperador D. Pedro I – antecedeu em 65 anos a Proclamação da República (posta em prática por meio de um golpe militar).

A preservação do regime monárquico no século XIX foi estabelecida de forma hegemônica pelas elites locais como forma de garantir a independência política do Brasil sem renunciar à estrutura socioeconômica marcada pelo latifúndio e escravismo (ABREU, 2012). A Independência do Brasil em 1822 dificultou a tentativa de aclimação das teorias conservadoras de Burke e Smith na nova sociedade nacional, uma vez que o apelo pela tradição e pelo passado tendiam ao enlace com o antigo regime colonial recém partido (LYNCH, 2017).

Para Oliveira Viana (1923), a Proclamação da República em 1889 ocorreu de sobressalto no Brasil, em um momento em que a nação estaria abalada e fragilizada com a queda de dois dos seus pilares basilares: a abolição da escravatura e o impacto na ordem produtiva, e a queda da monarquia. Para o autor, a Proclamação da República e o fim do escravismo seriam responsáveis pela privação de oferecer à nação “um belo edifício, sólido e perfeito, construído com a mais pura alvenaria nacional – e nos deram um formidável barracão federativo, feito de improviso e a martelo, com sarrafos de filosofia positiva e vigamentos de pinho americano (VIANA, 1939, p. 58)”

O deslocamento do poder das mãos do Imperador para o Parlamento foi encarado com desprezo e frustração pelos conservadores oitocentistas (ABREU, 2012), que, certos da inevitabilidade do fracasso desse regime, reverberavam como os partidos políticos não passavam de emissários dos interesses dos clãs patriarcais, e definiam o parlamento como um centro de agitações insípidas e desprovida de preocupação com os interesses coletivos. Os sentimentos de desdém com os rumos políticos da nação foram substituídos pelos de otimismo e boa vontade com a instalação do Estado Novo, a extinção dos partidos políticos e supressão dos órgãos legislativos uniam-se em harmonia com os preceitos de Viana, para quem a concentração do poder político na figura do chefe do executivo era uma imperativo para o Brasil, que necessitaria do “presidente que não divida com ninguém a sua autoridade; do presidente em quem ninguém mande; do presidente soberano, exercendo, em suma, o seu poder em nome da nação, só a ela subordinado e só dela dependente” (VIANA, 1939, p. 202).

Azevedo Amaral, outro expoente da ideologia conservadora no Brasil, também converge no Poder Executivo o papel essencial ao afirmar que o Estado e a Nação são indissociáveis entre si, e seria responsabilidade do presidente assumir a responsabilidade de ser o “eixo da sua organização estrutural e o foco de irradiação do seu dinamismo” (AMARAL, 1938, p. 192). Assim como Oliveira Viana, Amaral concorda que a concentração de poder político nas mãos de um presidente forte é imperativo para a construção e desenvolvimento da nação brasileira.

Tendo esses pontos esclarecidos, é possível depreender que apesar da desenvoltura discursiva miméticas aos moldes anglo-saxônicos, o conservadorismo brasileiro apresenta como aspectos distintivos e conformadores, de um lado, a inserção em um contexto em que os valores reacionários esbarram em um passado que dificulta a invocação de atributos virtuosos, admitindo a necessidade do progresso e de um processo de modernização, e do outro a relação

com valores de caráter liberais e autoritários, calcadas na proposta centralizadora e monárquica do estado estatista, centralista, interventor (LYNCH, 2015).

Durante o século XX, esse conservadorismo brasileiro foi a ideologia de diversos Presidentes da República, seja os eleitos, como Marechal Dutra e Jânio Quadros, seja os militares da ditadura civil-militar instaurada em 1964 (GONZÁLEZ; BAQUERO; GROHMANN, 2021). Nas duas primeiras décadas do século XXI, entre 2003 e 2016, a presidência da República ficou a cargo do Partido dos Trabalhadores, com Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Apesar de reeleita em 2014, Dilma Rousseff foi afastada em um processo de impeachment que resultou na posse de seu vice-presidente Michel Temer (PMDB-SP), e na respectiva retomada da agenda conservadora (GONZÁLEZ; BAQUERO; GROHMANN, 2021). A eleição presidencial seguinte, em 2018, foi a primeira no país com a vitória de um candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro (PSL) – militar, conservador, moralista, religioso, deputado desde 1988, porém defensor aberto da antipolítica e de medidas antidemocráticas (MARANHÃO FILHO, COELHO e DIAS, 2018).

No contexto internacional, a eleição de Bolsonaro foi inserida no surgimento de uma “onda neoconservadora” (NORRIS; INGLEHART, 2019), que difere das guinadas à direita das décadas de 1980 e 1990 pela presença de traços autoritários que podem representar riscos (inclusive fatais) para o futuro do sistema democrático (FOA e MOUNK, 2017; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Todavia, a exposição aqui desenvolvida indica que o intercâmbio de valores autoritários no conservadorismo brasileiro não é necessariamente uma inovação em seu escopo, mas parte basilar e seminal de sua constituição.

3.2. Autoritarismo

Uma das primeiras tentativas de sistematização para medir o autoritarismo como objeto de pesquisa e fenômeno social foi o desenvolvimento da escala F de fascismo no estudo de Adorno et al. (1950), ao observar traços psicológicos da população estadunidense, e posteriormente renovado por Altemeyer (1981), apontando a personalidade autoritária com três traços distintivos: altos níveis de submissão à autoridade estabelecida, de agressividade em nome da autoridade e do convencionalismo.

Florestan Fernandes (1979) encontra no autoritarismo um conceito amorfo, ambíguo, usado em excesso ou de forma equivocada para designar uma miríade de arranjos: enquanto são atenuadas e dissimuladas as manipulações repressivas de Franco e Salazar sob a égide de “ditaduras técnicas para a defesa da democracia”, há o esforço de confundir os regimes de

transição socialista ao nazi-fascismo, de forma que os regimes autoritários fossem equivalentes a “democracias fortes”, e regimes soviéticos enquadrados no campo do totalitarismo. Nesse arranjo, autoritarismo poderia designar qualquer regime senão a democracia liberal burguesa.

Fernandes (1979) critica a forma com que os estudos relacionados a qualidade da democracia percebem exclusivamente a democracia burguesa, baseada na representação com base no regime eleitoral, partidos e estado constitucional, apáticos aos efeitos das desigualdades econômicas, sociais ou culturais. Ao não considerar esses fatores, conceitos como “liberdade” e “igualdade” tornam-se meramente formais, estabelecendo o elemento autoritário como estrutural para a preservação, fortalecimento e expansão do sistema democrático capitalista (FERNANDES, 1979, p. 45).

É assim que as classes possuidoras, revolucionárias na destruição do antigo regime, veem seu componente autoritário crescer geometricamente após a consolidação da ordem social capitalista, uma vez que se torna ela a classe contra a qual irá de encontro qualquer novo esforço revolucionário. A ótica liberal torna-se prisioneira de uma ideologia conservadora e reacionária, e o conservantismo e a contrarrevolução desembocam na via autoritária.

Do micro ao macro, a sociedade capitalista contém toda uma rede de relações autoritárias, incorporadas às instituições, estruturas, ideologias e processos sociais, tendendo exacerbar-se como autodefesa dos interesses econômicos, sociais e políticos das classes possuidoras e dominantes (FERNANDES, 1979, p. 51-52)

Nessa visão, as novas instituições, a configuração social em cultura de massa, o monopólio da violência policial-militar, entregam ao capitalismo o poder de autodefesa e de ataque inéditos na história humana, de modo tão indissociável a defesa da democracia se confunde com a defesa do próprio sistema capitalista.

Bobbio (1986) distingue o autoritarismo entre estrutura de sistemas políticos, disposições psicológicas a respeito do poder e ideologias políticas. Quanto a estrutura de sistemas políticos, caracterizam aqueles regimes que que anteferem a autoridade central, eclipsando o consenso, centralizam o poder político em um só órgão ou agente político e retiram o protagonismo das instituições representativas.

Referente às disposições psicológicas a respeito do poder, caracteriza-se aquele tipo de personalidade cujo traço singular está centrado no acoplamento da obediência aos superiores, podendo compreender a reverência para quem detêm o poder, à arrogância e desprezo daqueles que não possuem força ou são seus inferiores na hierarquia social vigente.

Por fim, quanto às ideologias políticas, conformam aquelas que recusam a igualdade entre os membros de tal sociedade, calcadas na obediência incondicional da hierarquia, exaltam

as qualidades naturais e inerentes da forma de organização social, geralmente apresentada como de função conservadora visto que, sem a mão forte de um líder ou órgão central a sociedade se degenerará.

No sentido de distinguir as estruturas dos sistemas políticos, as obras de Linz (1964; 1975; 2000) o colocam como um dos principais teóricos do conceito de autoritarismo no campo da ciência política, contribuindo na tipologia dos regimes partindo da experiência espanhola ao criticar o modelo de análise vigente, que definia um *continuum* unidimensional entre o polo democrático e o polo totalitário, em que todo e qualquer outro sistema político estaria englobado. O autor separa os regimes em três tipos: os totalitários, autoritários e democráticos, reconhecendo assim a singularidade dos regimes autoritários como aspectos próprios, ao invés de ser tipificado como um totalitarismo falho ou incompleto ou um regime modernizador pré-democrático.

Um regime autoritário seriam, portanto, aqueles

Political systems with limited, not responsible, political pluralism, without elaborate and guiding ideology, but with distinctive mentalities, without extensive nor intensive political mobilization, except at some points in their development, and in which a leader or occasionally a small group exercises power within formally ill-defined limits but actually quite predictable ones. (LINZ, 1964, p. 255)

As duas dimensões principais utilizadas na definição de “regime autoritário” são o grau ou tipo de pluralismo político limitado, e o grau em que o regime é baseado na apatia política e desmobilização da população (ou mobilizações limitadas e controladas), circundando o que seria um sistema político democrático como aquele que permite a livre formulação de preferências políticas por meio do exercício das liberdades básicas de associação, informação e comunicação, na livre competição do “*claim to rule*” em intervalos regulares e por meios não violentos, bem como a garantia de liberdades políticas às minorias (ou grupos estigmatizados) (LINZ, 2000).

Por fim, o autor tem o cuidado de dedicar parte de seu esforço para o uso do termo “ditadura” – usado para designar governos legítimos não-democráticos e não-tradicionais (LINZ, 2000). Para o autor, se há algum motivo para a conservar e empregar cientificamente o termo, seria para descrever regimes emergenciais que suspendem ou violam temporariamente as normas constitucionais para o exercício da autoridade. De toda forma, o caminho recorrente desses arranjos é, com frequência, tornar-se pontes para outras formas de regime autocrático –

de autoridades extraordinárias institucionalizadas para a consolidação de formas de governo autoritário (LINZ, 2000, p. 61-62).

Se o conservador é o indivíduo que rejeita mudanças no *status quo*, avesso à substituição de valores materialistas por pós-materialistas, tende a ser apático em relação à política, mas pode ser cooptado ou organizado, o autoritário por sua vez parece estar mais relacionado ao convencionalismo e o culto a personalidade, devoção, desprezo pelo debate e pelos outros poderes que não o Executivo, bem como a “confusão” da democracia, vista como pouco prática e muito lenta em relação ao ritmo de mudanças que o autoritário se propõe a realizar.

Percebe-se, porém, que a conformação formativa e ideológica do conservadorismo brasileiro, mais do que relacionar-se com valores iliberais, está vinculados aos valores abertamente autoritários. O motor da ação conservadora confunde-se com a retórica, pensamentos e práticas autoritárias. Desse modo, a persistência e reprodução de valores conservadores na juventude torna-se uma questão sensível no desenvolvimento – ou travancamento – da democracia no Brasil, uma vez que está intrinsecamente ligada à permanência e reprodução dos valores autoritários ao que está, de forma perene, associada.

Esses elementos postos, a capítulo seguinte propõe dar cabo a análise de dados para compreender a dinâmica dos valores autoritários na juventude brasileira entre 2001 e 2019.

4. Trajetória dos valores autoritários na juventude brasileira: mudanças e continuidades

Como descrito no capítulo introdutório, o objetivo central desta dissertação é verificar se a dinâmica dos padrões de valores políticos da juventude brasileira aponta para o aumento da presença de valores conservadores e autoritários no século XXI. Para isso, são utilizados dados de duas pesquisas empíricas realizadas pelo NUPESAL/UFRGS por meio do método de pesquisa tipo survey: “Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil”, aplicada em Porto Alegre em 2001, coordenada por Baquero, e “Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”.

Para essa pesquisa, serão analisados os dados referentes ao município de Porto Alegre (RS), por serem os únicos coletados nos três bancos de dados, permitindo identificar se houve mudanças ou continuidades no padrão de valores políticos da nova geração de jovens em relação àquela do início do século, no sentido de ampliação de valores autoritários. Dessa forma, a amostra correspondente aos jovens porto-alegrenses com idades entre 13 e 24 anos são 500 em 2001, 690 em 2015 e 865 em 2019.

A proposta de análise de dados nessa dissertação é direcionada a compreender as mudanças de valores intergeracionais, uma vez que a substituição geracional do ano de 2001 até 2019 pode estar acompanhada de uma mudança expressiva – ou a contínua manutenção – de valores (NORRIS; INGLEHART, 2019), ao compreender se houve uma transformação de valores no sentido de incremento conservador e autoritário em diferentes contextos geracionais.

Para discernir quem são os jovens com valores políticos aderidos ao autoritarismo, essa dissertação propõe o desenvolvimento de um índice de autoritarismo, capaz de atribuir níveis de adesão ao autoritarismo na juventude porto-alegrense nas ondas de 2001, 2015 e 2019.

4.1. Índice de autoritarismo

O Índice de autoritarismo é composto por três indicadores: a preferência de um líder sobre a participação popular para a resolução dos problemas do país; a negação da política, e a baixa confiança nas instituições democráticas⁹.

A preferência por um líder sobre a participação popular para a resolução dos problemas do país está relacionada à obediência aos superiores, reverência aos detentores do poder, desprezo pelo debate e pelos outros poderes que não o Executivo.

⁹ A operacionalização do Índice de Autoritarismo está detalhada no anexo 2, página 93 a 95.

A negação da política busca captar no índice de autoritarismo a oposição às estruturas do sistema político, como seus atores e a divisão de poderes, enquanto apresenta simpatia com aqueles regimes que priorizam a autoridade central e retiram o protagonismo das instituições representativas.

Por fim, a baixa confiança nas instituições democráticas está vinculada à noção de que a democracia é desordenada, confusa e ineficiente, um empecilho na realização dos feitos que o autoritário julga serem necessários para a preservação (ou mudança) da sociedade.

Após a sistematização desses dados, os jovens são categorizados em dois perfis referentes à adesão aos valores autoritários supracitados: o primeiro compreende os jovens com baixo e moderado nível de autoritarismo; o segundo, alto nível de autoritarismo. Será realizada uma análise dicotômica, na qual as categorias "baixo e médio autoritarismo" serão agrupadas em oposição ao "alto autoritarismo". Isso ocorrerá porque a variável de interesse é o "alto autoritarismo", e não necessariamente a graduação do nível de autoritarismo. A distribuição final está sintetizada na tabela 1.

Tabela 1 – Construção do Índice de Autoritarismo¹⁰

	2001				2015				2019			
	Baixo e moderado	Alto	*	T	Baixo e moderado	Alto	*	T	Baixo e moderado	Alto	*	T
Preferência de um líder sobre a participação popular	9,2	81,4	9,4	100	59,6	37,5	2,9	100	68,4	30,6	0,9	100
Negação da política	27,2	61,8	11	100	63,5	31,3	5,2	100	62,1	36,1	1,8	100
Baixa confiança nas instituições democráticas	61,2	34,8	4	100	42,9	49,9	7,2	100	42,9	54,7	2,4	100
Índice de Autoritarismo	58,8	21,2	20	100	56,8	33,5	9,7	100	59,2	36,6	4,2	100

Fonte: Elaboração própria utilizando dados de NUPESAL (2001; 2015; 2019). 2001: n=500; 2015: n=690; 2019: n=865. * Omisso no sistema.

Os dados da tabela 1 apontam que o número de jovens com alto nível de autoritarismo está em constante crescimento desde 2001. Naquele ano, 21,2% do total dos jovens da amostra apresentava um perfil de alto nível de autoritarismo, subindo para 33,5% em 2015 e 36,6% em 2019 – uma média de +0,91% ao ano. Em contrapartida, os jovens com perfil de baixo ou

¹⁰ As questões originais podem ser consultadas no anexo 1. A operacionalização dos indicadores pode constar no anexo 2.

moderado autoritarismo oscila de 58,8% em 2001 para 56,8% em 2015 e 59,2% em 2019, uma variação mínima.

Esse dado revela a importância dos valores nulos: em 2001, 20% dos jovens não responderam de forma conclusiva questões dos três eixos do indicador de autoritarismo, impossibilitando a categorização do seu perfil. Em 2019 esse número caiu para 4,2%, mas, enquanto as taxas de baixo e moderado autoritarismo oscilou em +0,4%, o alto autoritarismo variou em +15,4%. Esses dados sugerem que há um grande estoque de “autoritarismo potencial” nesse grupo. Para evitar distorções, a análise de dados considera apenas os valores válidos, desconsiderando os omissos. À vista disto, os dados utilizados estão de tal modo distribuídos:

Tabela 2 – Índice de Autoritarismo

Nível de autoritarismo	2001	2015	2019
Baixo ou moderado	73,5	62,9	61,8
Alto	26,5	37,1	38,2
T	100	100	100

Fonte: NUPESAL. 2001: n=400; 2015: n=623; 2019: n=829.

A Tabela 2 concentra o Índice de Autoritarismo que será utilizado no cruzamento de dados dessa dissertação. Percebe-se que houve um aumento significativo na penetração de valores autoritários na juventude porto-alegrense entre 2001 e 2015, quando o Alto nível de autoritarismo passa de 26,5% para 37,1%, e a manutenção desse patamar em 2019, em 38%.

Para cumprir os objetivos propostos, o índice de autoritarismo será utilizado no cruzamento de dados para analisar a proporção de jovens com alto nível de autoritarismo em cada categoria selecionada, comparando se essa presença de jovens com valores autoritárias acompanha a trajetória de incremento do nível de autoritarismo entre 2001 e 2019. Dessa forma, é possível perceber se os valores autoritários são mais evidentes em determinadas variáveis, se esse incremento está concentrado em algum setor específico ou se trata de um fenômeno generalizado, bem como se houve a transformação significativa de valores na juventude entre esses quase vinte anos.

A análise versa sobre três eixos: o primeiro leva em conta o perfil sociodemográfico dos jovens, considerando o gênero, o tipo de escola em que estuda, a religiosidade e a classe social; o segundo trata sobre os valores políticos, como o interesse por política, a desconfiança interpessoal, o posicionamento ideológico e a percepção da democracia como melhor regime

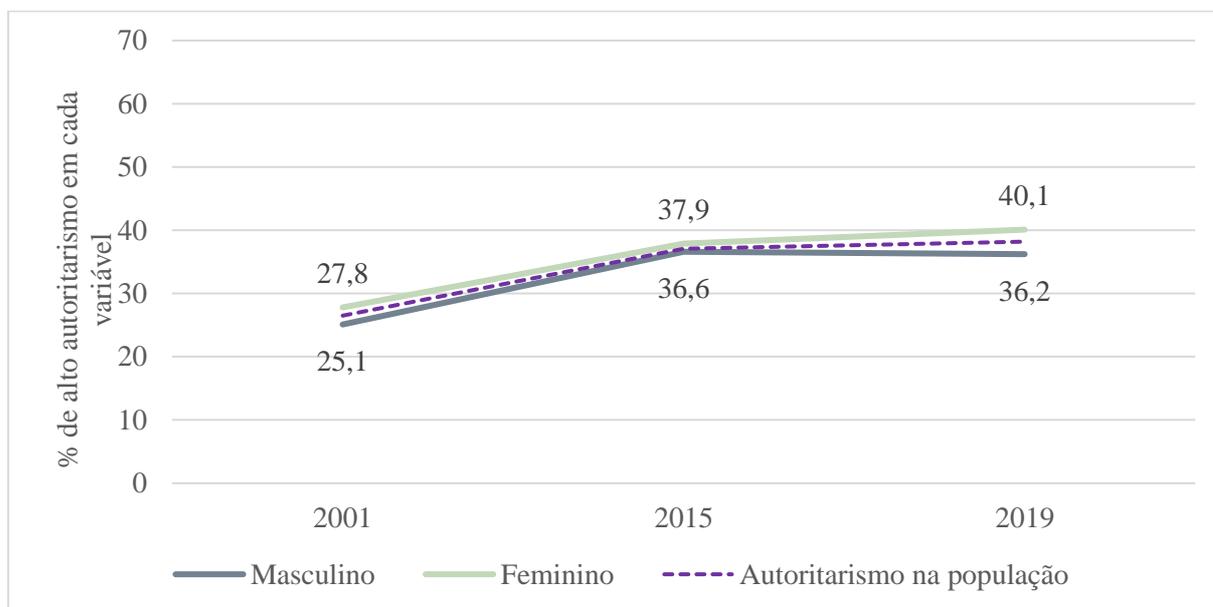
possível; e o terceiro apresenta comparações entre as ondas de 2015 e 2019, propondo verificar se há mudanças relevantes na influência do agente de socialização, a disposição para conversar sobre política e para exercer o direito do voto.

4.2. Variáveis socioeconômicas

4.2.1 – Gênero

O aprofundamento do modelo democrático representativo está associado à garantia de acesso ao poder político a todos os segmentos e grupos sociais excluídos. Entretanto, há um conjunto de fatores que obstruem a participação política de mulheres (MATOS, 2011; ARAÚJO, 2012), como o processo de socialização política juvenil diferenciada (BICCA, 2016); processo que “assume relevo por referenciar a transmissão dos códigos responsáveis por situar o segmento feminino em posição secundária na sociedade, moldando percepções e condutas e reforçando estereótipos de masculino e feminino” (PRÁ; EPPING, 2009, p. 1). Dessa forma, pode haver distinções importantes na penetração de valores autoritários de acordo com o gênero dos jovens.

Gráfico 1 – Presença de autoritarismo de acordo com o gênero (%)



Fonte: NUPESAL, 2001; 2015; 2019. 2001= n:400, q:>0.5; 2015= n:618, q:>0.5; 2019= n:818, q:>0.5.

A fim de permitir a comparação visual da presença de jovens com alto nível de autoritarismo em cada uma das variáveis observadas, a linha roxa pontilhada representa a presença de valores autoritários na população geral, nos valores do Índice de Autoritarismo (2002 = 26,5%, 2015 = 37,1%, 2019 = 38,2%). Dessa forma, é possível comparar se há uma concentração de valores autoritários em alguma das variáveis selecionadas.

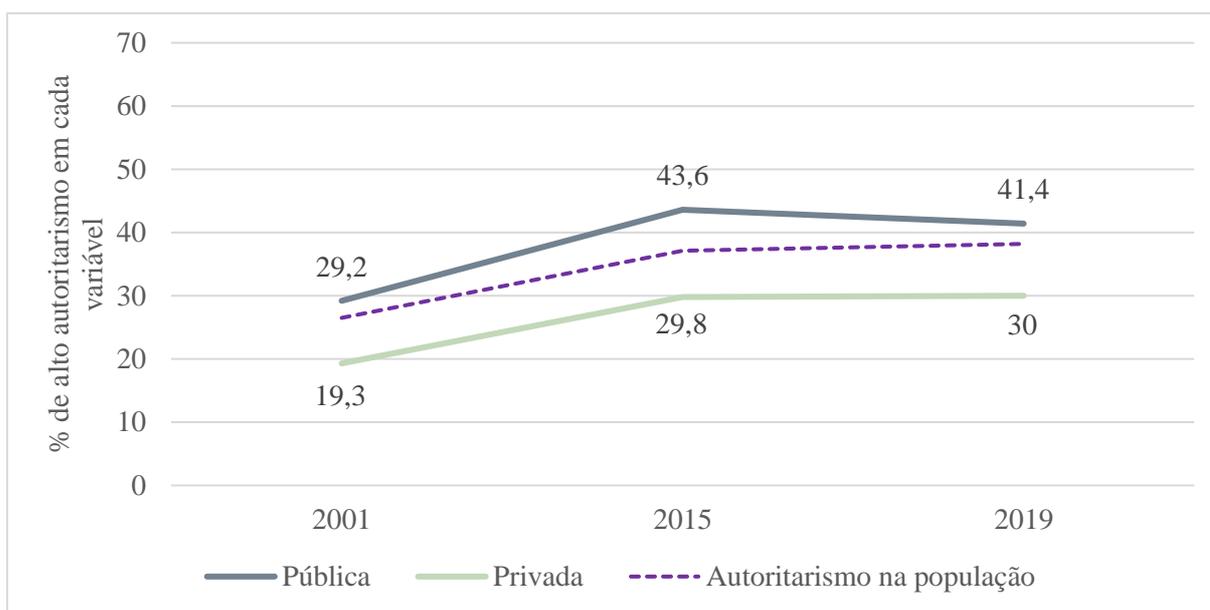
O gráfico 01 mostra como a presença de valores autoritários entre 2001 e 2019 cresceu de forma coerente às taxas de gênero. Há a constante manutenção da prevalência de valores autoritários entre o grupo feminino sobre o masculino (+2,7 em 2001, +1,3% em 2015, +3,9% em 2019). Essa distribuição pode ser um reflexo do processo de socialização política juvenil diferenciada, que distancia as pessoas do gênero feminino às questões políticas e a adesão a valores de defesa da manutenção do sistema. Apesar da consistente prevalência de valores autoritários entre o gênero feminino, a pequena margem não permite inferir que há prevalência de valores autoritários de acordo com o gênero.

Visto isso, conclui-se que a presença de valores autoritários é levemente maior entre o gênero feminino do que masculino, enquanto houve a expansão de valores autoritários limitada entre o período de 2001 a 2015. Quando colocada em perspectiva a questão do gênero, portanto, não se verifica grandes alterações no padrão de valores predominantes da juventude entre 2001 e 2019.

4.2.2 – Tipo de Escola

A questão da socialização política e a escola é amplamente trabalhada por autores que veem esse processo afetado pela desigualdade de recurso entre os estudantes das escolas públicas e privadas (DAYRELL, 2007; FUKS, 2011; 2013; ZORZI, 2016; BERNARDI, 2017; BICCA, 2017; MORAIS, 2017; VASCONCELOS, 2019), resultando em taxas superiores de competência cívica (HOSKINS et al., 2008) e atitudes assertivas (DALTON; WELZEL, 2014) dos estudantes do sistema privado. Esses pontos considerados, o gráfico 02 apresenta a correlação entre os valores autoritários e as escolas do sistema público e privado.

Gráfico 2 – Presença de autoritarismo de acordo com o tipo de escola (%)



Fonte: NUPESAL, 2001; 2015; 2019. 2001= n:400, q:0.28; 2015= n:623, q:0.000; 2019= n:829, q:0.001.

O gráfico 02 expõe como os valores autoritários apresentam maior penetração entre as escolas públicas do que privadas durante toda a série histórica, mantendo superioridade na presença de valores autoritários acima da casa dos 10% desde 2001 até 2019. Os dados sobre autoritarismo e o tipo de escola sugerem que esses valores são mais presentes nas escolas públicas, o que pode ser compreendido como reflexo da latente desigualdade material e simbólica de uma estrutura social excludente, como a brasileira, em que as escolas do sistema privado são “mais bem-servidas por recursos que, além de permitirem acesso à informação política, estimulam o interesse dos jovens por política” (FUKS, 2011, p. 161)

Desde a década de 1990, há no Brasil um o processo de massificação da escola pública de ensino médio¹¹ que deságua na diversificação do perfil socioeconômico dos alunos. No curso da inserção do novo perfil de jovens nas escolas públicas,

ocorreu uma migração significativa dos alunos das camadas altas e médias para a rede particular de ensino, que experimentou uma expansão significativa na última década, uma nova face da elitização que consolidou o sistema público de ensino no Brasil como uma “escola para pobres”, reduzindo e muito o seu poder de pressão e o zelo pela qualidade. Nesse processo, o próprio sentido do ensino médio veio se transformando. Antes, significava o caminho natural para quem pretendia continuar os estudos universitários. Agora, principalmente com a sua incorporação à faixa de obrigatoriedade do ensino [¹²], tornou-se também a última etapa da escolaridade

¹¹ Em 1994, havia cerca de cinco milhões de matrículas registradas no ensino médio em nível nacional. O ano de 2000 já registrava mais de oito milhões, um acréscimo de 50% de inscritos em seis anos (ZIBAS, 2005).

¹² Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996; Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.

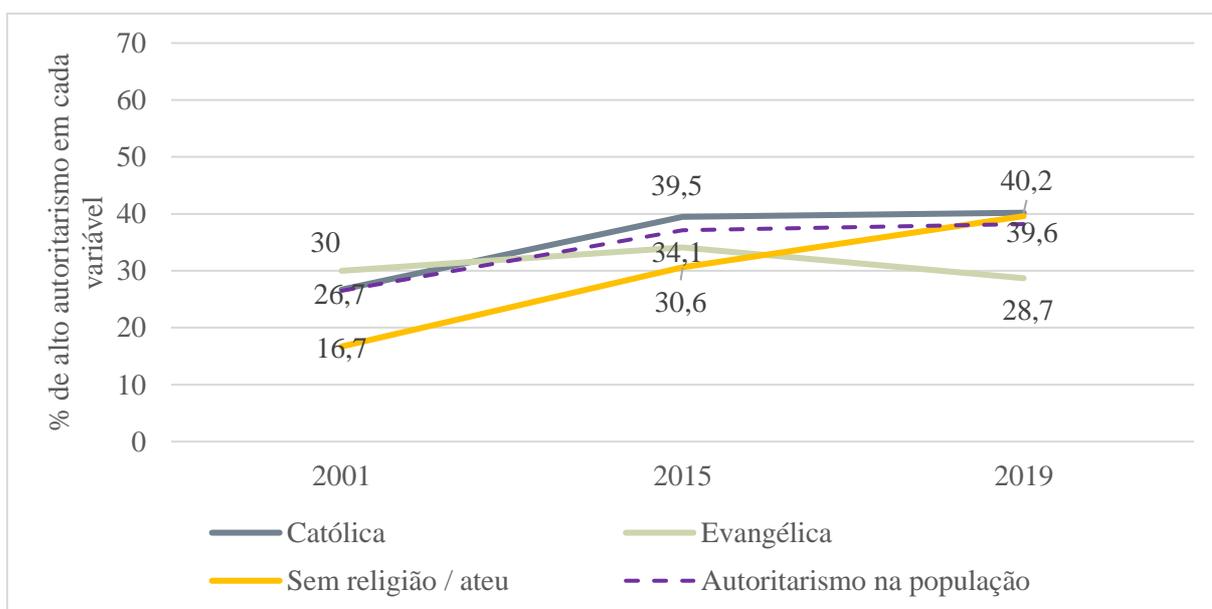
obrigatória e, para a grande maioria dos jovens, o final do percurso da escolarização. (DAYRELL, 2007, p. 1116)

Dessa discussão, depreende-se, portanto, que, assim como identificado na variável “gênero”, há uma expansão de valores autoritários limitada entre o período de 2001 a 2015, enquanto não se verifica grandes alterações no padrão de valores predominantes da juventude entre 2001 e 2019. Também nas duas variáveis, a maior presença de valores autoritários está concentrada naquele grupo em que a sua ação política efetiva encontra empecilhos calcados nas desigualdades de uma estrutura social excludente.

4.2.3 - Religiosidade

Para Burity (2008), a religiosidade configura um elemento importante na concepção da cultura política de forma muito peculiar na América Latina, servindo não apenas como base para a compreensão de mundo dos fiéis, mas também como legitimação de sistemas políticos, continuidades e eventuais mudanças no tecido social latino-americano – e especialmente, brasileiro. Sendo assim, o gráfico 3 propõe a análise da interseccionalidade entre religiosidade e níveis de adesão ao autoritarismo.

Gráfico 3 – Presença de autoritarismo de acordo com a religiosidade (%)



Fonte: NUPESAL, 2001; 2015; 2019. 2001= n:400, q:>0.5; 2015= n:623, q:>0.5; 2019= n:826, q:>0.5.

O gráfico 03 ilustra a porcentagem de penetração dos valores autoritários em cada religiosidade. O dado mais chamativo é o incremento dos valores autoritários entre aqueles que dizem não seguir nenhuma religião, ser agnóstico ou ateu: de 17% em 2001 para 40% em 2019. Esse valor em 2019 é quase idêntico ao registrado entre os católicos e ao valor captado pelo Índice de Autoritarismo na amostra geral naquele ano.

Entre os evangélicos, nota-se um leve aumento dos valores autoritários em 2014, seguido de um decréscimo em 2019 que retoma os valores de 2001. A importância desse grupo religioso no cenário político latino-americano e brasileiro é acompanhada desde o início do século, no contexto marcado pela erosão da hegemonia católica e ascensão de grupos protestantes, pentecostais e neopentecostais (FONSECA, PIERUCCI, 2002, ORO, 2005, MACHADO, 2006; FRESTON, 1994; DO NASCIMENTO CUNHA, 2020), e com mais destaque após o papel desse segmento religioso na eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (DO NASCIMENTO CUNHA, 2019 MARIANO, GERARDI, 2019; PRANDI; DOS SANTOS; BONATO, 2019; SOUSA; VETTORASSI; DE ANDRADE JÚNIOR, 2021).

Nesse cenário, faz-se relevante esmiuçar a dinâmica da segmentação religiosa entre os jovens porto-alegrenses nos anos de 2001, 2015 e 2019, para assim promover uma análise completa da interseccionalidade entre religiosidade e valores autoritários.

Tabela 03 – Distribuição da religiosidade na juventude porto-alegrense (2001-2019)

Religiosidade	2001	2015	2019
Católica	73,6	30,7	24,6
Evangélica	2	13,9	11,9
Sem religiosidade definida / Ateu	4,8	25,4	32,3
Outras religiosidades	16,2	26,8	11,8
NSNR	3,4	3,2	19,4
T	100	100	100

Fonte: NUPESAL. 2001: n=500; 2015: n=623; 2019: n=865.

A tabela 03 apresenta a distribuição da religiosidade na juventude porto-alegrense entre 2001 e 2019, ilustrando a corrosão da hegemonia católica nesses quase vinte anos, quando em 2019 a quantidade de jovens identificados com essa religiosidade era um terço daquela de 2001. Por outro lado, a quantidade de jovens que se identificavam como ateus, agnósticos ou sem religiosidade definida saltou de 5% para 32%, tornando-se a maior parcela da juventude. Quanto aos evangélicos, esse segmento salta de 2% para 14% e 12% em 2001, 2015 e 2019, respectivamente.

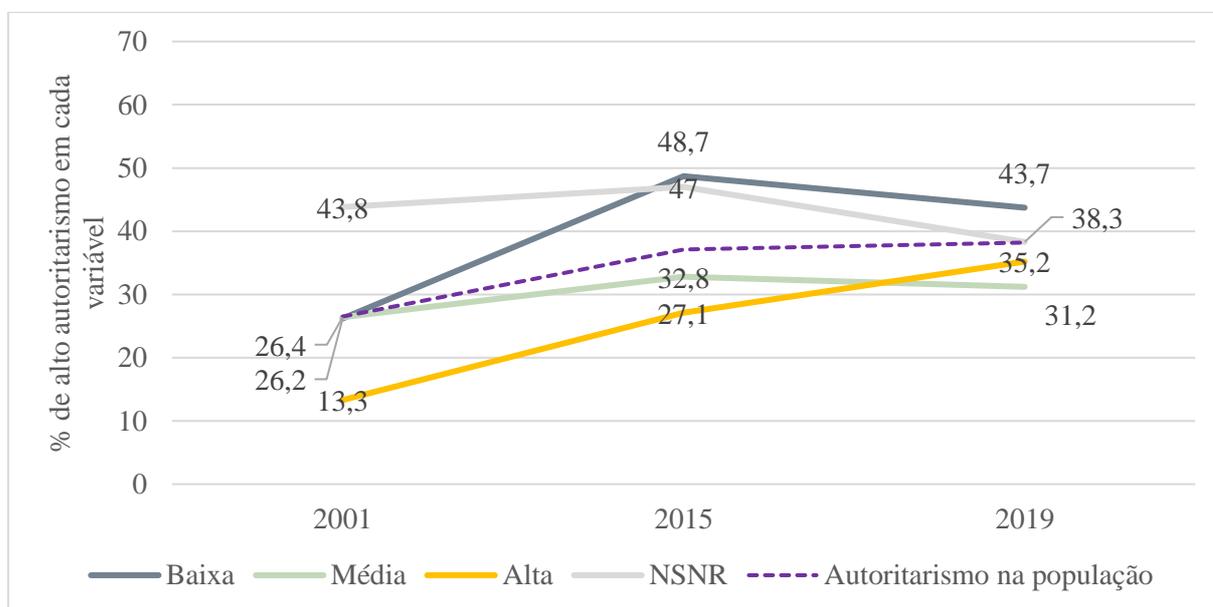
A decomposição da distribuição da religiosidade na juventude porto-alegrense demonstra como houve uma mudança muito significativa no perfil religioso dessa população. Todavia, a redução de jovens que se identificam católicos e o crescimento dos evangélicos não alterou o Índice de Autoritarismo desses grupos, enquanto o crescimento dos jovens que não se identificam com religião alguma alterou a penetração de valores autoritários em sua composição aos níveis presentes no segmento católico.

Compreende-se, portanto, que a alteração no perfil religioso da juventude porto-alegrense não se traduziu na redução da presença de valores autoritários nessa população, mas resultou na manutenção do padrão de valores predominantes. Apesar da transformação do perfil religioso, o padrão de valores predominantes na juventude brasileira não apresenta grandes transformações ao longo dos últimos vinte anos senão no grupo de jovens sem religiosidade definida.

Passadas as variáveis de gênero, tipo de escola e religiosidade, o gráfico 04 propõe uma visão sobre a relação entre classe social autodeclarada e os valores autoritários.

4.2.4 – Classe social

Gráfico 4 – Presença de autoritarismo de acordo com a classe social (%)



Fonte: NUPESAL, 2001; 2015; 2019. 2001= n:396, q:>0.5; 2015= n:569, q:0.000; 2019= n:809, q:0.022.

O gráfico 04 mostra que a presença de valores autoritários está correlacionada com a classe social. Em 2001, a proporção de jovens com valores autoritários identificados como classe baixa e média acompanham os valores gerais do Índice de Autoritarismo, enquanto a

classe alta apresenta metade desse valor. Em 2015, a proporção de jovens de classe baixa com alto nível de autoritarismo chegou a 49% (12% acima do Índice para o ano) e manteve-se com a maior proporção em 2019 (44%), enquanto aqueles identificados como classe média variaram para cima, porém ainda abaixo da média geral.

Chama a atenção o movimento da penetração de valores autoritários entre os jovens identificados como de classe alta. Se em 2001 a quantidade de jovens dessa classe com valores autoritários representava 13%, em 2015 mais que dobrou, alcançando 35% em 2019. Esses dados sugerem um aumento na penetração de valores autoritários entre os jovens de classe alta ao longo da série histórica, porém a classe em que há a maior presença de valores autoritários segue sendo a classe baixa. Isso pode ser um reflexo da já citada exclusão do sistema sociopolítico marcadamente desigual no Brasil, que enseja sentimentos de frustração com a eficácia do sistema democrático em resolver os problemas concretos da existência daqueles que não possuem acesso viável às instâncias decisórias e de poder, bem como o fomento de sentimentos de negação aos atores políticos e às instituições fundamentais ao funcionamento do sistema democrático (BAQUERO, GONZÁLEZ, 2011).

Em resumo, a análise das variáveis relacionadas às características socioeconômicas indica que a presença de valores autoritários é levemente maior entre o público feminino do que masculino, reflexo do processo de socialização política juvenil diferenciada que distancia pessoas do gênero feminino à esfera política. Também refletem desigualdade a concentração de valores autoritários nas escolas da rede pública de ensino e das classes sociais mais baixas. Quanto a religiosidade, as profundas mudanças do perfil religioso dos jovens de 2002 para 2019 não se refletiu na mudança da dinâmica de valores já estabelecida.

Concluído isso, a próxima seção busca verificar como a dinâmica dos valores políticos estão inseridos no contexto de adesão aos valores autoritários.

4.3 Valores políticos

4.3.1 Interesse por política

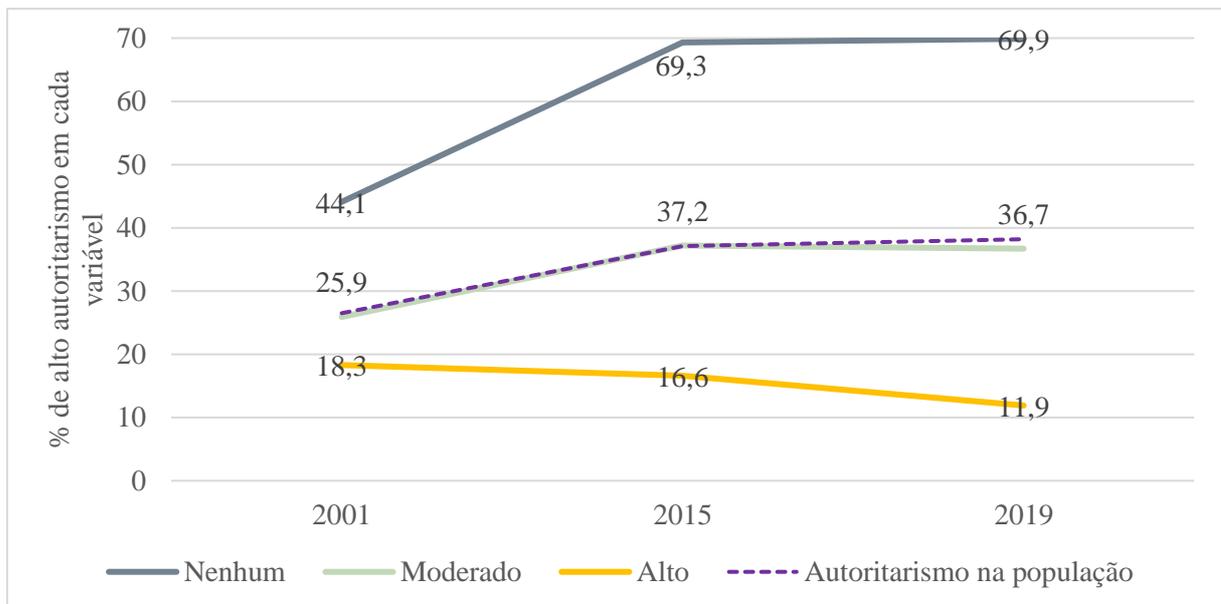
O grau de interesse por política é uma variável que conta com forte valor descritivo para assimilar a percepção dos jovens em relação à política e seu poder efetivo de ação, por ser um elemento da eficácia política, que Easton e Dennis (1967) definem como

sentimento que a ação política individual tem, ou pode ter, um impacto sobre o processo político, ou seja, que vale a pena exercer seus deveres de cidadão. É o

sentimento que mudanças sociais e políticas são possíveis, e que o cidadão individual pode exercer uma parte em fazer essa mudança acontecer. (DENNIS, 1967, p. 28)

A eficácia política está relacionada com a autopercepção do indivíduo como agente de ação nas decisões políticas (BAQUERO, 2001; 2008) e ao empoderamento. Cidadãos com baixa eficácia política, associada ao baixo empoderamento, pode resultar da inação política até a submissão fácil aos discursos populistas (BAQUERO, 2003). Nessa direção, faz-se indispensável interpretar a correlação entre o interesse por política e os valores autoritários para apurar se esses valores estão mais vinculados ao autoritarismo como ativismo político ou se estão mais associados a apatia política.

Gráfico 5 – Presença de autoritarismo de acordo com o interesse por política (%)



Fonte: NUPESAL, 2001; 2015; 2019. 2001= n:400, q:0.001; 2015= n:609, q:.000; 2019= n:816, q:0.000.

A análise do gráfico 05 aponta que a penetração de valores autoritários varia de acordo com o interesse por política, e se consolida na série histórica. Enquanto a presença de valores autoritários entre aqueles que dizem ter interesse moderado acompanha a média geral, entre os que não apresentam interesse nenhum passou de 44% em 2001 para 69% em 2015, e manteve-se em 2019. Dos jovens com alto interesse por política, apenas 18% apresentavam alto nível de autoritarismo em 2001, reduzindo de forma consistente até os 11% de 2019.

Os dados sugerem, portanto, que, ao longo dos últimos vinte anos, não foi registrada uma transformação no padrão de valores predominantes na juventude brasileira, mas o acirramento dos valores pré-existentes entre 2001 e 2015, e a reprodução em 2019. Esse dado

está explícito no Índice de Autoritarismo presente nos jovens que não tem interesse algum por política, estabilizado na casa dos 70% desde 2015, e no decréscimo progressivo desses valores entre os jovens com alto interesse.

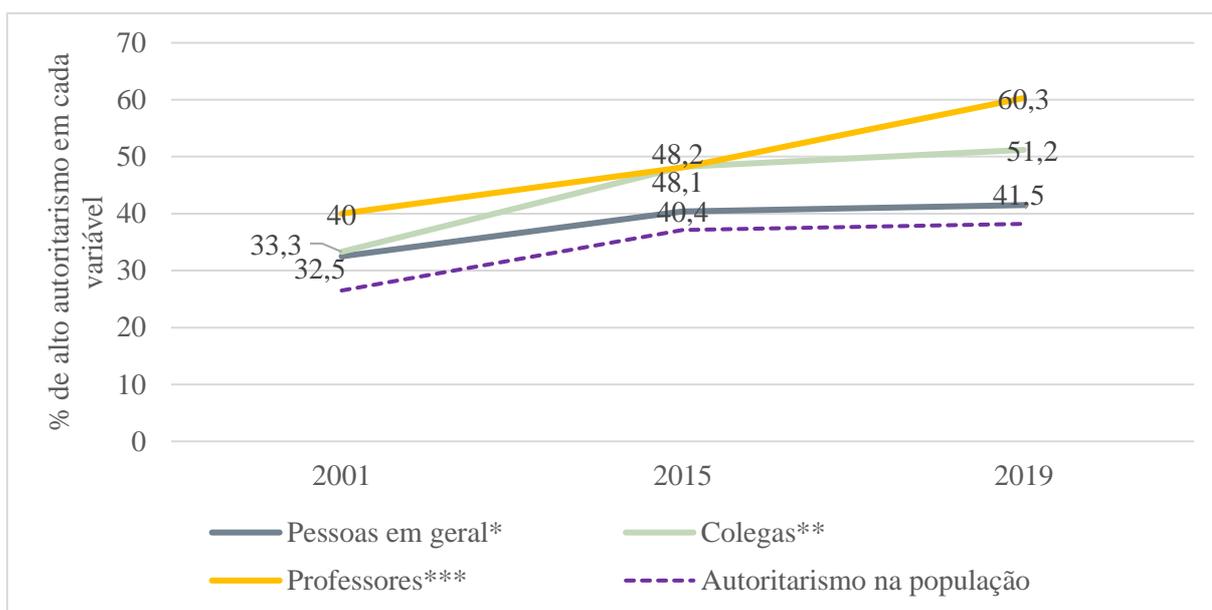
Se apenas 12% dos jovens com alto interesse por política apresentam altos níveis de autoritarismo, é difícil afirmar que os valores autoritários na juventude brasileira ensejem o ativismo e a efetiva participação política, assim como de traduzir o incremento da presença de valores conservadores e autoritários na juventude no século XXI em potenciais riscos ao futuro do sistema democrático no país.

4.3.2 Desconfiança interpessoal

Bem como a eficácia política, outro valor político importante no enraizamento de valores democráticos e fortalecimento desse sistema é a confiança interpessoal, valor diretamente proporcional com a estabilidade democrática (INGLEHART, 1988), e, junto ao capital social, bases para o sucesso democrático (PUTNAM, 1995). No contexto europeu e estadunidense, Norris e Inglehart (2019) detectam um processo de acréscimo ou sustentação da confiança interpessoal aliado a redução da confiança institucional, e atribuem essa dinâmica ao aumento de exigências dos cidadãos com o sistema democrático. No cenário latino-americano, porém, Moisés (2011) aponta que a confiança interpessoal e institucional nunca foi elevada, e, antes de representar um ampliação do escopo das exigências objetivas e subjetivas, estaria calcada no fomento da antipolítica, apatia e descontentamento geral com o sistema democrático.

Pelas características descritas, a análise realizada nessa dissertação priorizando a aberta desconfiança entre pessoas em geral, colegas e professores entre 2001 e 2019 para correlacioná-la a presença de valores autoritários.

Gráfico 6 – Presença de autoritarismo de acordo com a desconfiança interpessoal (%)



Fonte: NUPESAL, 2001; 2015; 2019. 2001= n:400, q:*=>0.5, **=>0.5, ***=0.016; 2015= n:623, q:*=>0.5, **=>0.5, ***=0.000; 2019= n:815, q:*=0.015, **=0.000, ***=0.000.

É possível perceber que o grau de presença dos valores autoritários na desconfiança interpessoal é maior que o índice de Autoritarismo de 2001, 2015 e 2019. Em 2001, a proporção de jovens com valores autoritários na desconfiança das pessoas em geral e nos colegas de escola eram similares. Em 2015, essa taxa subiu em ambas as categorias e mantém-se no mesmo nível em 2019, com taxa maior na desconfiança com colegas. Chama a atenção como a proporção de valores autoritários está concentrada (e crescendo) na desconfiança como os professores: de 40% para 60% na série histórica.

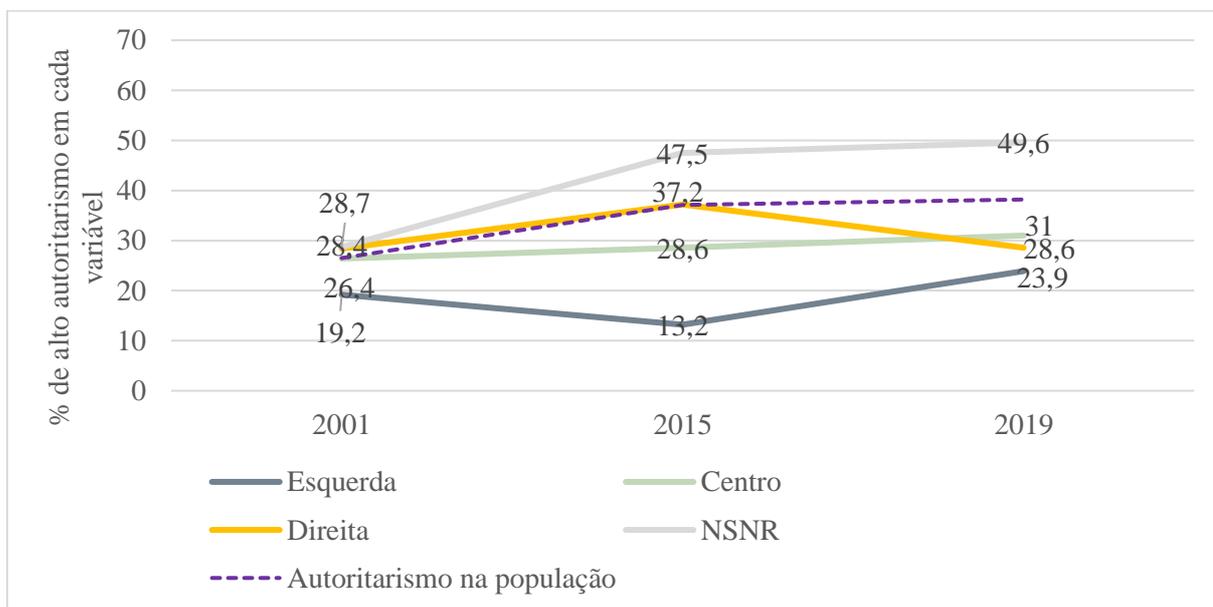
Em relação a desconfiança interpessoal, o padrão de valores predominantes na juventude brasileira não apresenta grandes transformações ao longo dos últimos vinte anos, mas sim o acirramento de valores pré-existentes entre 2001 e 2015 nas três variáveis selecionadas, e entre 2015 e 2019 na desconfiança com os professores. Tomada em conjunto à desconfiança com os colegas, denota-se que, ao observar a série histórica, está em curso o acirramento da desconfiança com o ambiente escolar.

4.3.3 Posição ideológica

Logo nos primeiros anos da década de 2010, o contexto político brasileiro presenciou um acirramento de um processo de polarização, fortemente relacionado ao antipetismo

(GOLDSTEIN, 2020). Essa polarização foi cristalizada na eleição de 2014, potencializada em 2018 e radicalizada nas eleições de 2022 (GOLDSTEIN, 2020; ALKMIM; TERRON, 2022). A oposição entre esquerda e direita no espectro ideológico parece ter dominado o cenário político nacional – tanto físico quanto digital, e pode apresentar correlações com o nível de autoritarismo na juventude. Isso posto, o gráfico 07 apresenta a presença dos valores autoritários de acordo com a posição ideológica autodeclarada.

Gráfico 7 – Presença de autoritarismo de acordo com a posição ideológica (%)



Fonte: NUPESAL, 2001; 2015; 2019. 2001= n:400, q:>0.5; 2015= n:623, q:0.000; 2019= n:829, q: 0.000.

O gráfico 07 demonstra como há uma correlação entre os jovens que se autodeclaram ideologicamente e aqueles que não se identificam com nenhuma posição do espectro político. Nas três ondas, a posição ideológica que menos apresentou penetração de jovens autoritários foi a esquerda - 19% em 2001, 13% em 2015 e 24% em 2019. Apesar de ser a posição ideológica autodeclarada com a menor presença de jovens com valores autoritários, é notável que os valores de 2001 e 2019 são semelhantes, enquanto 2015 marcou a menor proporção de todas as categorias analisadas.

A presença de jovens com perfil autoritário na posição ideológica “centro” apresentou leve aumento na série histórica, de 27% para 31%, todavia permanece com taxa quase 10% inferior que o Índice de Autoritarismo do período. A direita da escala ideológica apresentou taxa muito próxima a média histórica entre 2001 e 2015, inclusive regredindo de 37% para 28%

em 2019, possivelmente relacionado com o efeito de satisfação com a eleição do seu candidato de preferência – fenômeno já identificado anteriormente por Baquero e González (2011).

Esse caminho não se repete entre aqueles que não se identificam com nenhuma posição no espectro ideológico. Em 2001, a proporção de jovens com alto nível de autoritarismo era similar àquela dos jovens identificados à direita. Em 2015, sobe para 48%, e quase 50% dos jovens que não se identificam com nenhuma posição no espectro ideológico são aqueles com nível alto de autoritarismo.

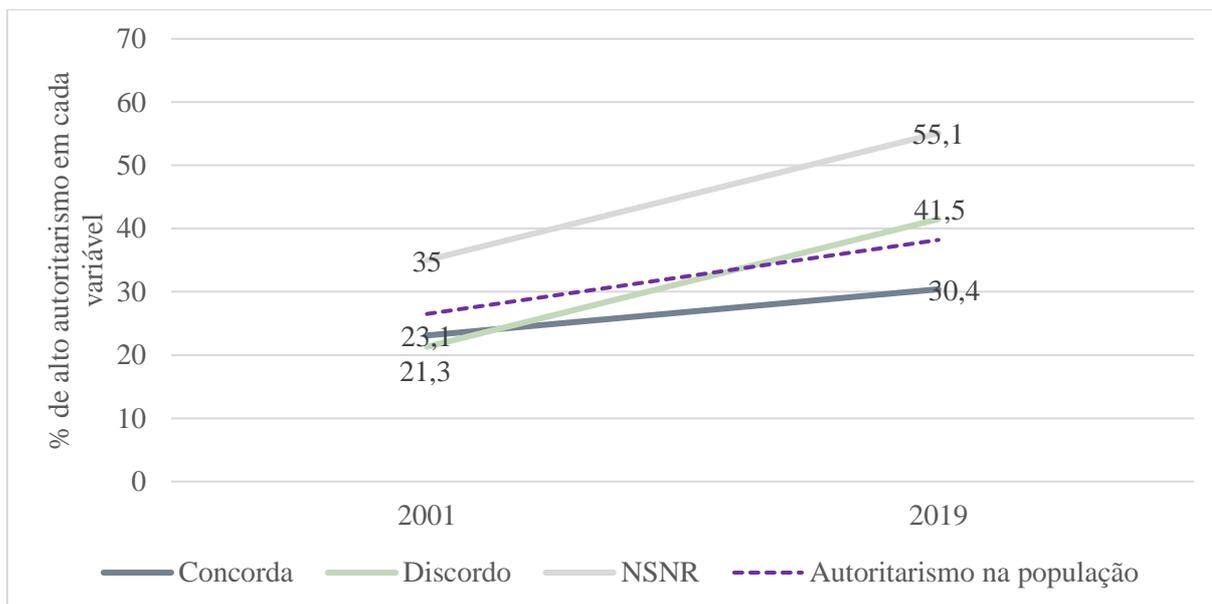
Aliados com a análise da variável sobre interesse por política, a observação da presença de autoritarismo de acordo com a posição ideológica pode indicar que os altos níveis de autoritarismo, mais do que organizados ao redor de uma agenda política, estão presentes na negação da política. Em duas décadas, não houve um processo de expansão de valores conservadores e autoritários em qualquer um dos lados do espectro político que pudesse indicar potenciais riscos ao futuro do sistema democrático no país.

4.3.4 Percepção da democracia como melhor regime possível

Lopes (2004) aponta que a confiança na democracia como o melhor regime político possível é elemento central na estabilidade e sustentação do sistema democrático. Enquanto o conflito de ideias é parte do arranjo de poder, a primazia do pleno funcionamento do regime deve ser preservada, sob pena de “ameaçar sua estabilidade e diminuir a aceitação voluntária dos cidadãos para com a política governamental, enquanto o impacto do apoio às autoridades está confinado ao domínio da atividade eleitoral convencional” (LOPES, 2004, p. 163).

A percepção da democracia como melhor sistema político possível foi captada nas pesquisas de 2001 e 2019, portanto a análise da adesão irrestrita da democracia se dará com os dados desses anos, excluindo os dados de 2015.

Gráfico 8 – Presença de autoritarismo de acordo com a percepção da democracia como melhor regime possível (%)



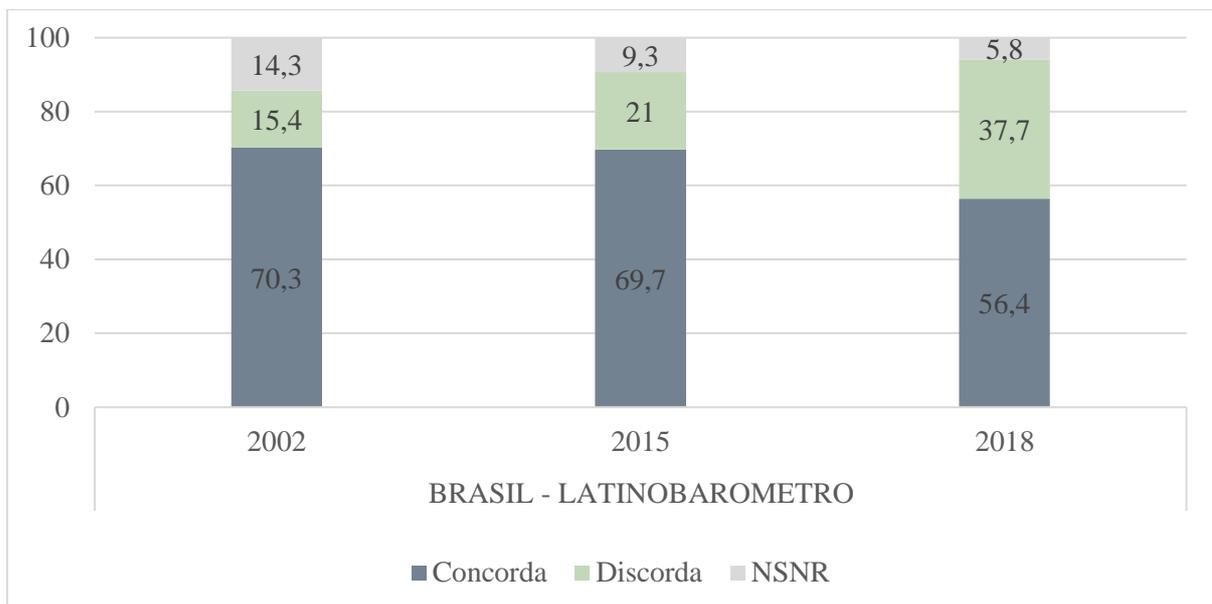
Fonte: NUPESAL, 2001; 2015; 2019. 2001= n:400, q:0.044; 2015= n: q; 2019= n:829, q:0.001.

O gráfico 08 demonstra que, em 2001, 23% dos jovens que concordavam com a afirmação de que a democracia é o melhor regime possível apresentam alto nível de autoritarismo, enquanto essa taxa era de 23% naqueles que discordavam da afirmação - ambas abaixo do Índice de Autoritarismo naquela onda. Em 2019, essa proporção era de 30% naqueles que concordavam e 41,5% nos que discordavam.

Apesar de haver uma correlação entre concordar e discordar dessa afirmação com o nível de autoritarismo em 2019, novamente o setor que apresenta a maior proporção de jovens com nível alto de autoritarismo foi o daqueles que não souberam ou não quiseram responder essa questão - de 35% em 2001 para 55% em 2019, ambas muito acima do Índice de Autoritarismo do período.

A análise da adesão irrestrita da democracia é recorrente em institutos de pesquisa de referência na área, como o Latinobarômetro. Considerado isso e na intenção de complementar a análise com a compreensão do cenário em que se encontra a percepção da democracia como melhor regime político no Brasil, o gráfico 09 propõe comparar o comportamento dessa variável com os dados referentes ao Brasil, nos anos de 2002, 2015 e 2018 no levantamento do Latinobarômetro.

Gráfico 9 – Percepção da democracia como melhor regime político no Brasil (2002-2018)
(%)



Fonte: LATINOBARÔMETRO, 2001; 2015; 2019. 2001= n:1.000, 2015= n:1.250, 2019= n:1.204.

O gráfico acima demonstra que a quantidade de brasileiros que concordavam que a democracia é o melhor regime político permaneceu inalterado entre 2002 e 2015, na casa dos 70%. Em contrapartida, houve um acréscimo naqueles que discordavam, passando de 15% para 21%.

Entretanto, nos três anos entre 2015 e 2018 houve uma erosão de 13% na quantidade de cidadãos brasileiros que concordavam que a democracia é o melhor regime político no país, enquanto quase dobrou a quantidade daqueles que discordavam abertamente.

Supondo que a dinâmica dos valores com base nesse questão captados entre 2001 e 2019 com os jovens porto-alegrenses (NUPESAL (2001; 2019) seguiram o mesmo padrão do identificado com base nos dados do Latinobarômetro (2002; 2015; 2018), depreende-se que houve um processo de expansão de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira, principalmente na última década, e, ao relativizar a primazia do regime democrático, esse incremento da presença de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira no século XXI indica potenciais riscos ao futuro do sistema democrático no país.

Dessa forma, a análise das variáveis relacionadas aos valores políticos indica que o interesse por política dos jovens com alto nível de adesão aos valores autoritários é consideravelmente inferior aos demais jovens, o que vincula esses valores mais à negação da política do que a adesão a um projeto político autoritário organizado.

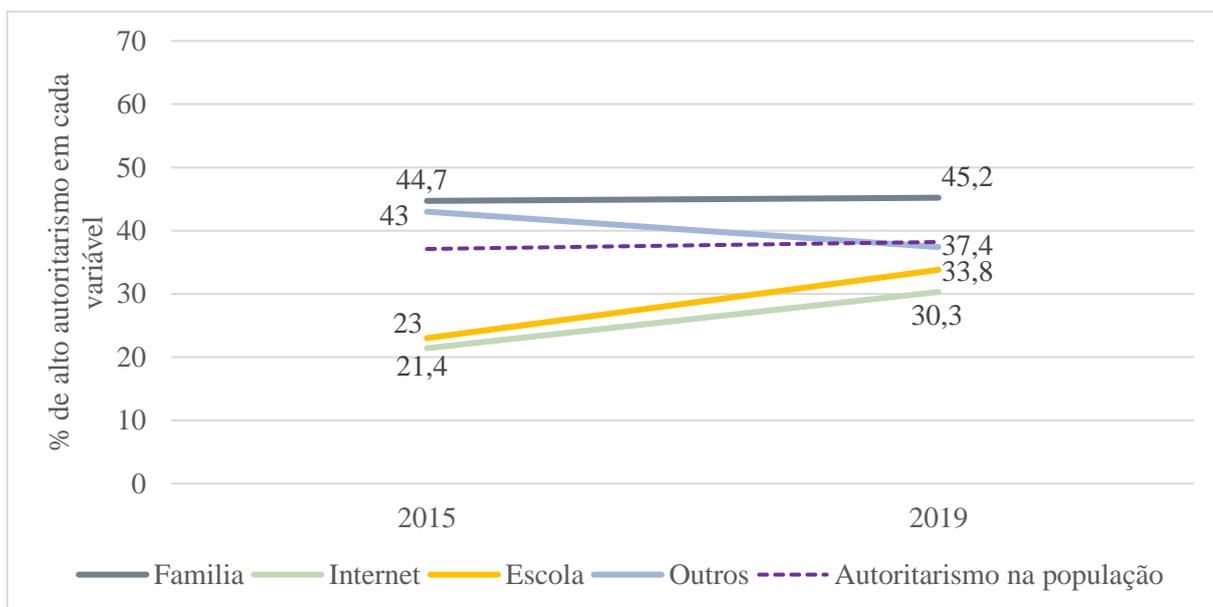
Os dados apresentados pelo gráfico 09 destacaram como houve uma corrosão nos valores entre os anos de 2015 e 2019. Nesse terceiro momento, busca-se apresentar comparações pontuais entre as ondas de 2015 e 2019, propondo verificar se há mudanças relevantes de comportamento ou percepção que possa ser associado a conjuntura política nacional e os eventos ocorridos entre esses quatro anos, como o impeachment de Dilma e a eleição de Bolsonaro, na influência do agente de socialização, a disposição para conversar sobre política e para exercer o direito do voto.

4.3.5 Socialização política

Quanto a reprodução de valores, a cultura política de uma sociedade é mantida, cultivada ou modificada no processo de socialização política, que opera a “interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações” (SCHMIDT, 2000, p. 56).

A socialização política se dá por agentes de socialização, sobretudo a família, escola, instituições religiosas, meios de comunicação e mídias digitais. (BAQUERO; BAQUERO; MORAIS, 2016). Assim, o gráfico 10 examina a dinâmica dos valores autoritários com os principais agentes de socialização política.

Gráfico 10 – Presença de autoritarismo de acordo com o agente de socialização (%)



Fonte: NUPESAL, 2001; 2015; 2019. 2001= n:400, q:0.000; 2015= n:623, q:0.000; 2019= n:829, q:0.007.

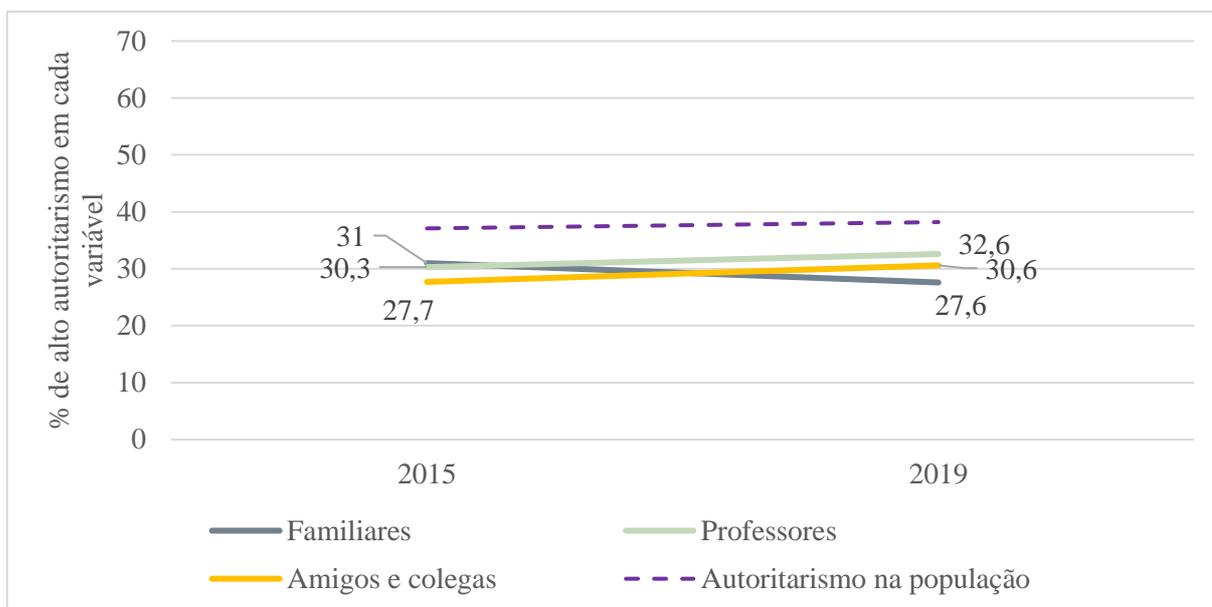
É possível denotar na análise do gráfico 10 que o agente de socialização política que mais concentra os jovens com alto nível de autoritarismo é a família. Enquanto a média de presença de jovens com alto nível de autoritarismo é de 35% e 38% em 2015 e 2019, no agente familiar essa taxa está no entorno de 45%. Abaixo do Índice de Autoritarismo para o período, mas com tendência de crescimento está a socialização pela internet e redes sociais (21% para 30%) e escola (23% para 34%). A penetração de valores autoritários entre os jovens socializados por outros agentes, como televisão, rádio, jornais e igrejas reduziu de 43% para 37%.

Considerando que o Índice de Autoritarismo é estável entre 2015 e 2019, e penetração dos valores autoritários na família como agente socializador, a interpretação dos dados indica que a presença de valores autoritários na internet como agente de socialização política está mais próxima que os da escola, reforçando a possibilidade de que esteja em curso um processo de autosocialização política pelas novas gerações (MORAIS, 2017). De toda forma, mesmo que esses dois agentes apresentem valores autoritários em níveis inferiores ao Índice de Autoritarismo, houve um aumento de 10% da presença desses valores em ambos os agentes. Parece haver, portanto, uma tendência de homogeneização dos valores autoritários em todos os agentes de socialização política.

Após a observação da socialização política, é importante verificar se a disposição em conversar sobre política com outras pessoas foi alterada após a eleição de 2018.

4.3.6 Disposição para conversar sobre política

Gráfico 11 – Presença de autoritarismo de acordo com a disposição para debater política com outras pessoas (%)



Fonte: NUPESAL, 2001; 2015; 2019. 2001= n:400, q:0.000; 2015= n:623, q:0.000; 2019= n:829, q:0.000.

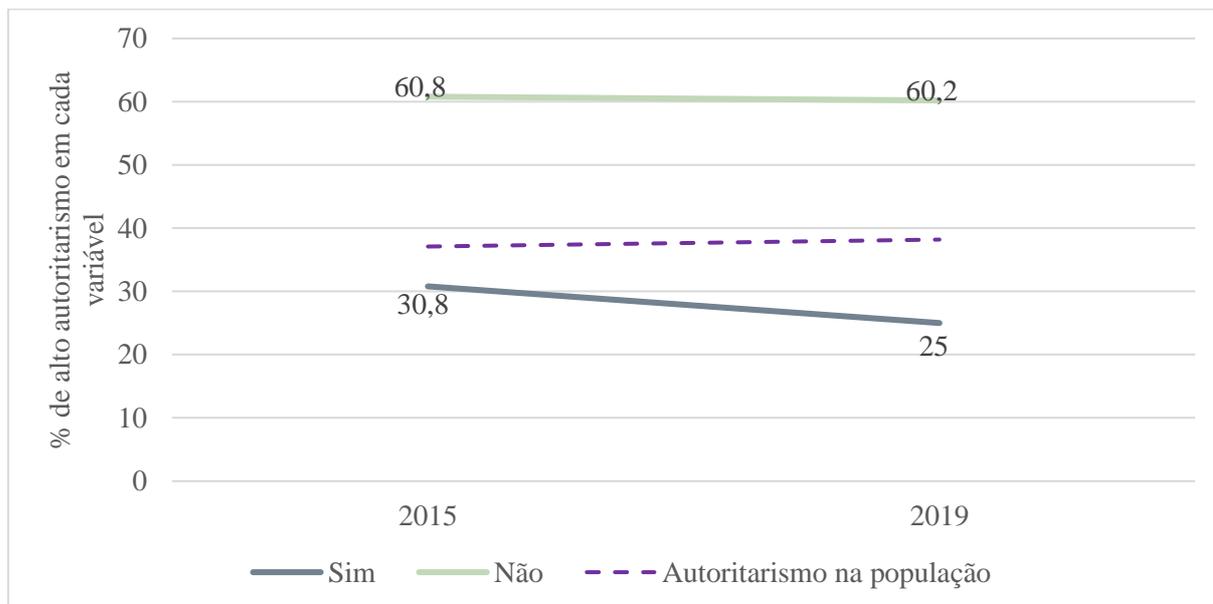
O gráfico 11 ilustra que a concentração de valores autoritários entre os jovens que tem disposição para debater politicamente com outras pessoas é muito baixo, inferior ao Índice de Autoritarismo tanto em 2015 quanto em 2019. Chama a atenção, também, a completa linearidade de todas as variáveis dispostas no gráfico: Daqueles que tem disposição para debater sobre política, apenas 30% apresentam alto Índice de Autoritarismo, seja para conversar com adultos, como familiares e professores, ou outras pessoas de sua idade, como amigos e colegas de escola.

Essa disposição parece inalterada entre 2015 e 2019, o que reforça a noção de que não houve um processo de mobilização política no sentido de participação e de concretizar os valores autoritários em uma agenda política. A eleição de Bolsonaro, portanto, não parece ter organizado os jovens com altos níveis de adesão aos valores autoritários a ponto de suscitar o debate político aparelhado, visto que esses jovens seguem conversando menos sobre política do que os demais. Para complementar essa visão, será observada a disposição para votar expressa pelos jovens.

4.3.7 Disposição para o voto

Ao questionar a disposição para praticar o voto nas eleições – tido como principal ato da democracia formal, Baquero e González (2011) constataram o desencanto com os efeitos obtidos pelo voto, indicando a presença de uma cultura política sujeita (ALMOND E VERBA, 1965), em que os cidadãos podem reconhecer a importância das instituições democráticas, mas não apresentam disposição para participar politicamente. Esses fatores vinculam os baixos níveis de mobilização do exercício e de alistamento eleitoral dos eleitores facultativos (GONZÁLEZ, 2018).

Gráfico 12 – Presença de autoritarismo de acordo com a disposição para votar se o voto não fosse obrigatório (%)



Fonte: NUPESAL, 2015; 2019. 2015= n:617, q:0.000; 2019= n:824, q:0.000.

Percebe-se no gráfico 12 a concentração de jovens com alto Índice de Autoritarismo respondendo que não votariam caso o voto não fosse obrigatório (60%), muito maior que a média do Índice de Autoritarismo na população nesse período, reforçando a baixa disposição para participar politicamente dos jovens com altos níveis de autoritarismo.

Esses dados corroboram com os demais apresentados nessa seção, sugerindo que a eleição de Bolsonaro pode não ter resultado na organização de um movimento autoritário atuante na juventude, visto que parece não ter impacto na substituição de agentes socializadores, não ter organizado os jovens com altos níveis de adesão aos valores autoritários a ponto de

incentivá-los a promover o debate político com outras pessoas de seu convívio, uma vez que esses jovens seguem conversando menos sobre política do que os demais, nem de fomentar o exercício do voto caso esse fosse facultativo.

5. Conclusão

A eleição de Bolsonaro em 2018 foi elencada como um dos casos da nova “onda neoconservadora” (NORRIS; INGLEHART, 2019) que emergiu na década de 2010, ao lado de Donald Trump, Viktor Orbán e outros políticos da extrema-direita marcados pelo apreço aos aspectos conservadores e autoritários que, unidos, poderiam ferir de morte o regime democrático em uma escala até então impensável (FOA; MOUNK, 2017; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Para Lowy (2015), essa onda neoconservadora está inserida em um contexto de um levante da extrema-direita sem precedentes deste a década de 1930, tendo como aspectos aglutinadores o patriotismo chauvinista de oposição à globalização, a orientação reacionária em uma retórica de apoio ao verdadeiro “povo” e às suas reais necessidades e preferências, o anticomunismo e o desprezo pelas demandas e reivindicações de valores pós-modernos e pós-materialistas (LOWY, 2015). O processo de globalização capitalista e neoliberal teria forçado as diversas sociedades à uma conformação cultural homogeneizante que produz e reproduz fenômenos de reação, como os *identity panics* (LOWY, 2015), ou o *cultural backlash* (NORRIS; INGLEHART, 2019).

O conceito de *cultural backlash* foi forjado na esteira dessa novidade ideológica que articula populismo, conservadorismo e autoritarismo na Europa e nos Estados Unidos, concomitante ainda à dinâmica de conflitos geracionais de valores, nomeadamente na emergência de novas gerações em que a predominância de valores pós-materialistas choca com os valores materialistas das gerações anteriores, provocando assim um conflito.

Apesar da derrota de Bolsonaro no segundo turno do pleito de 2022, diversos representantes do “bolsonarismo” galgaram seu caminho até o Congresso Nacional – tanto aqueles que foram Ministros durante o a gestão do governo Bolsonaro quanto um número considerável de deputados federais representantes de uma nova geração política, na qual se insere a do deputado mais votado do país, sugerindo que os valores, crenças e atitudes de Bolsonaro seguirão presentes na política nacional, indicando que apenas a substituição geracional não é garantia de que haverá a substituição de valores políticos. Esse fenômeno ocorre uma vez que a defesa difusa do regime democrático convive com a presença generalizada de valores e atitudes autoritárias, que são reproduzidas nas gerações seguintes pelo processo de socialização política (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011; 2016).

Tendo isso em vista, o problema de pesquisa que guiou este trabalho foi: houve uma mudança no padrão de valores políticos resultando no incremento da presença de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira no século XXI?

No que tange o escopo dos objetivos apresentados na introdução desta pesquisa, buscou-se desenvolver um Índice de Autoritarismo (objetivo 1) averiguar o impacto de fatores explicativos demográficos como renda, classe social, e gênero na diferença de padrões de valores (objetivo 2); e compreender se a mudança ou continuidade da dinâmica dos valores políticos prevalentes na juventude podem representar uma ameaça ao futuro da democracia no Brasil (objetivo 3).

O Índice de Autoritarismo apontou na direção de que houve um aumento significativo da penetração de valores autoritários na juventude porto-alegrense entre 2001 e 2015, quando o Alto Nível de Autoritarismo passa de 26,5% para 37,1%, e a manteve-se nesse patamar em 2019, em 38%.

Para dar cabo ao objetivo 2 e 3, o Índice de Autoritarismo foi cruzado com variáveis de três eixos: o perfil sociodemográfico dos jovens, considerando o gênero, o tipo de escola em que estuda, a religiosidade e a classe social; valores políticos, como o interesse por política, a desconfiança interpessoal, o posicionamento ideológico e a percepção da democracia como melhor regime possível; comparações entre as ondas de 2015 e 2019, propondo verificar se há mudanças relevantes na influência do agente de socialização, a disposição para conversar sobre política e para exercer o direito do voto.

Quanto ao objetivo 2, a análise das variáveis relacionadas às peculiaridades socioeconômicas caracterizam a maior presença de valores autoritários nos grupos sociais paulatinamente excluídos, marginalizados ou cujo o acesso às condições de exercer seus direitos políticos são cerceados de forma sistemática, como pessoas do gênero feminino, estudantes da rede pública de ensino e de classes sociais mais baixas que, ao não possuírem acesso viável às instâncias decisórias e de poder, dificilmente podem tomar o pleno funcionamento do sistema democrático à eficaz resolução dos problemas materiais de sua existência.

Em relação ao objetivo 3, a análise das variáveis relacionadas aos valores políticos sugere que o interesse por política dos jovens com alto nível de adesão aos valores autoritários é consideravelmente inferior aos demais jovens, o que vincula esses valores mais à negação da política do que a adesão a um projeto político autoritário organizado - noção reforçada pela baixa confiança interpessoal dos jovens autoritários, tanto em números absolutos quanto em

comparação aos demais jovens, e pela rejeição em se auto posicionar no espectro da tradicional escala ideológica esquerda-direita, reforçando que a presença de valores autoritários está relacionada à não-identificação com os atores e partidos políticos, bem como a indiferença ou descontentamento com o arranjo institucional da democracia representativa.

Dessa maneira, a hipótese (H1) apresentada na introdução de que o padrão de valores predominantes na juventude brasileira não apresenta grandes transformações ao longo dos últimos vinte anos, mas o eventual acirramento de valores pré-existentes é confirmado. Em todas as variáveis selecionadas referentes aos valores políticos e a penetração dos valores autoritários se percebe, antes que uma transformação marcante da dinâmica histórica, o aumento da presença de valores autoritários. Não houve, dessa forma, a inauguração de um movimento político novo nem de dinâmicas que não estavam em movimento desde o início do século.

Quanto a hipótese de que houve um processo de expansão de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira, principalmente na última década (H2), conclui-se que esta é parcialmente confirmada. Os dados analisados apontam na direção de que houve um processo de expansão de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira, mas esse foi mais expressivo entre 2002 e 2015 do que entre 2015 e 2019. Constata-se, portanto, um crescimento lento – porém constante – dos valores autoritários na juventude, associados à desilusão com o sistema político, seus atores e suas instituições, o crescimento da negação da política como ferramenta efetiva para a solução dos problemas sociais e estruturais do país.

Por fim, a terceira hipótese (H3) que o incremento da presença de valores conservadores e autoritários na juventude brasileira no século XXI indica potenciais riscos ao futuro do sistema democrático no país também é parcialmente confirmada. O aumento da penetração dos valores conservadores e autoritários é compreendido como uma novidade capaz de minar democracias consolidadas (NORRIS; INGLEHART, 2019), porém estar associado aos valores autoritários é a realidade constante do conservadorismo brasileiro desde o século XIX. É importante ressaltar, de toda forma, que essa trata-se mais de uma hipótese de trabalho do que uma hipótese a ser efetivamente testada, visto que remete a uma perspectiva de futuro. Enquanto os dados aqui expostos e esmiuçados indicam que é plausível inferir um risco à democracia, os ataques às sedes dos Três Poderes do Brasil em oito de janeiro de 2023, por exemplo, são um indicativo que reforça as inferências dessa hipótese.

Os dados aqui apresentados corroboram com a noção de que a eleição de Bolsonaro não foi resultado nem resultou em uma organização inédita da mobilização dos valores autoritários

na juventude em torno de uma agenda política, mas apontam para a adesão dos valores já presentes na cultura política brasileira de apatia e negação da política, descrença com as instituições e presença de valores autoritários que não foram erradicados com os avanços da democracia formal (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011; 2016).

À guisa de conclusão, infere-se que o conservadorismo brasileiro de caráter fortemente autoritário parece ser uma característica presente de forma consolidada na cultura política brasileira, não erradicada mesmo com a realização de eleições contínuas no período mais longo da experiência democrática no país, assim como não houve o reforço de valores democráticos nesse meio-tempo (BAQUERO e GONZÁLEZ, 2011). Ainda que as novas gerações não tenham vivido sob o período da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, ainda persiste nessas coortes um sentimento de “nostalgia da ditadura” e a reminiscência de um sentimento de superioridade do passado autoritário sob atual regime político da democracia representativa (CASTRO, 2014).

A eleição de Bolsonaro em 2018 e o angariamento de 49,10% dos votos no segundo turno de 2022, bem como a eleição de deputados federais e senadores que replicam seus valores conservadores-autoritários sob a égide da defesa do legado ditatorial, da supremacia dos valores militares de hierarquia, ordem e obediência sob os valores políticos democráticos reacendem o alerta de Lowy (2015), ao indicar que o elemento mais sombrio e inquietante da extrema-direita no Brasil – que não ressoa nas experiências radicais da Europa e dos Estados Unidos, por exemplo – seria o apelo aos militares, os chamados à intervenção militar e o saudosismo do período autoritário.

Esses elementos foram mobilizados por meio das mídias digitais – nessa nova esfera de ação política em que a extrema-direita é altamente eficaz (GRANJEIRO, 2021), antes, durante e depois dos períodos eleitorais, unindo os já notoriamente mobilizados argumentos anticomunistas, de resistência aos valores pós-materialistas, e de conservação do status quo excludente e desigual da sociedade brasileira – elementos que já estavam presentes na cultura política brasileira há várias gerações.

A eleição de um candidato de extrema-direita não parece ter resultado em uma desconsolidação (FOA; MOUNK, 2017) da democracia brasileira, uma vez que esta nunca alcançou um patamar de consolidação aos moldes propostos por Linz e Stepan (1996), ao mesmo tempo que não resultou em uma mudança radical do modelo político, uma vez que não houve a concretização de um golpe de estado após a derrota do então presidente na sua tentativa

de reeleição (e não por falta de tentativas para realizá-lo¹³), nem desaguou na organização ativa de uma corrente ideológica agregada em torno de um líder que indica a perseverança no cenário político. Todavia, a tenacidade desses valores nas novas gerações sugere que a eleição de Bolsonaro pode não ter sido a última de um candidato antidemocrático que obtenha sucesso em sistematizar os valores autoritários na próxima conjuntura favorável, e dar cabo das aspirações golpistas que, devido às características da cultura política nacional, seriam recebidas com a aprovação e apoio de uma parcela considerável dos cidadãos brasileiros.

Esse trabalho se propôs a analisar a trajetória dos valores conservadores-autoritários na juventude brasileira no século XXI, utilizando dados coletados na capital gaúcha de Porto Alegre. Para ampliar o escopo dos estudos sobre o autoritarismo e a extrema-direita na juventude brasileira, novos trabalhos podem ancorar-se no sentido de deprender uma análise em território nacional, relacionar esses valores com a maior ou menor exposição às novas mídias digitais, ou, no campo dos estudos legislativos, compreender como os jovens deputados eleitos sob a égide do “bolsonarismo” movimentam pautas específicas durante seus mandatos.

¹³ A invasão e depredação da Praça dos Três Poderes em Brasília no dia 08/01/2023 contém indícios de serem gestadas e organizadas nos acampamentos em frente aos QG's militares que surgiram em todo o país após a eleição de Lula (PT) em 30/10/2022. A investigação corre no TSE sob os Inquéritos dos Atos Antidemocráticos (4917, 4918, 4919, 4923) e os Inquéritos das Fake News (Inquéritos 4781, 4874 e 4879).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luciano Aronne de. A construção da nação no Brasil: conservadorismo e autoritarismo político. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; HEINSFELD, Adelar. **Estados americanos: trajetórias em dois séculos**. Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2012, p. 177.
- ADORNO, Theodor W. et al. **The authoritarian personality**. New York: Harper and Row, 1950.
- ALKMIM, Antonio Carlos; TERRON, Sonia Luiza. O Brasil é realmente um país polarizado? Análise das eleições presidenciais de 1989 a 2018. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 7-32, 2022.
- ALMOND, Gabriel A. Comparative political systems. **The Journal of politics**, v. 18, n. 3, p. 391-409, 1956.
- ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James. (org.). **A política das áreas em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1969.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- ALTEMEYER, Robert. **Right-wing authoritarianism**. [S.l.]: University of Manitoba Press, 1981.
- AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- ANDUZIA, Eva; CATIJOCH, Marta; GALLEGRO, Aina. Political participation and the Internet. **Information, communication and society**, v. 12, n. 6, p. 860-878, 2009.
- ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 147-168, set.-dez. 2012a.
- BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS. 2001.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.
- BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- BAQUERO, Marcello et al. Internet, political socialization, and youth's political culture in the south of Brazil. **Open Access Library Journal**, v. 4, n. 11, p. 1, nov. 2017.

BAQUERO, Marcello. (Org.). **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil**. Porto Alegre: Editora Escritos, 2018.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 989-1008, out.-dez. 2016.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opin. Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 369-399, nov. 2011.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 492-523, dez. 2016.

BAQUERO, M.; PRA, J. **Democracia brasileira e cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; RANINCHESKI, Sonia Maria. (Des) confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. **Política & sociedade**. Florianópolis, vol. 15, n. 32, p. 9-38, jan./abr 2016.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Competência cívica em uma democracia desigual: analisando o impacto dos investimentos educacionais na cultura política juvenil porto-alegrense entre 2002 e 2015**. Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BICCA, Renato Dutra. **Socialização juvenil, cultura e sub-representação política feminina no Brasil**. Orientador: Rodrigo Stumpf González. 117f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BOBBIO, Norberto et al. **Autoritarismo**. Dicionário de política, v. 11, p. 94-104, 1998.

BOBBIO, Norberto et al. **Conservadorismo**. Dicionário de política, v. 11, p. 242-246, 1998.

BOULIANNE, Shelley. Does Internet use affect engagement? **A MetaAnalysis of Research, Political Communication**, v. 26, n. 2, p. 193-211, 2009.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. **Tempo social**, v. 20, p. 83-113, 2008.

CASTRO, H. C. O. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, n.1, jun. 2008.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 5, n. 2, p. 79-96, ago. 2012.

DALTON, Russell J.; SHIN, Doh Chull. Reassessing the civic culture model. **The civic culture transformed: From allegiant to assertive citizens**, p. 91-115, 2014.

DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Introduction. In.: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (org.). **The civic culture transformed**. Cambridge: Cambridge Univ. Press. 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.

DE ALBUQUERQUE MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65-90, 2018.

DE CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; DE OLIVEIRA SANTOS, Débora; BEAL, Luana Isabelle. A armadilha da cultura cívica revisitada: A persistência dos limites analíticos no campo da cultura política. **Revista Debates**, v. 16, n. 2, p. 9-28, 2022.

DIAMOND, Larry. Rethinking civil society: Toward democratic consolidation. **Journal of democracy**, Baltimore, v. 5, n. 3, p. 4-17, 1994.

DO NASCIMENTO CUNHA, Magali. Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. **Fronteiras-Revista de Teologia da Unicap**, v. 3, n. 1, p. 40-65, 2020.

EASTON, David; DENNIS, Jack. The Child's Acquisition of Regime Norms: Political Efficacy. **The American Political Science Review**, v. 61, n. 1, p. 25-38, 1967.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1973.

FARIAS, Deborah Barros Leal; CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. Radical right populism and the politics of cruelty: The case of COVID-19 in Brazil under President Bolsonaro. **Global Studies Quarterly**, v. 2, n. 2, p. ksab048, 2022.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The danger of deconsolidation: The democratic disconnect. **Journal of democracy**, v. 27, n. 3, p. 5-17, jul. 2016.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The signs of deconsolidation. **Journal of democracy**, v. 28, n. 1, p. 5-15, jan. 2017.

FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. **Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil**: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política (1998-2001). 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético**. Encontrão Editora, 1994.

FUKS, Mario. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 83, p. 145-178, 2011.

GOLDSTEIN, Ariel. **Bolsonaro: la democracia de Brasil en peligro**. Marea Editorial, 2020.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Instituições, Cultura Política e Qualidade da Democracia: uma análise das rupturas institucionais na América Latina. In: González, Rodrigo Stumpf; Iazzetta, Osvaldo. (org.). **Qualidade da Democracia em Perspectiva Comparada na América Latina**. Porto Alegre: SGE, 2015, p. 119-146.

GONZÁLEZ, RODRIGO STUMPF. Cultura Política, democracia participativa e protagonismo juvenil. In: Marcello Baquero. (Org.). **A Juventude e os desafios da construção democrática no Brasil**. 1ed. Porto Alegre: Escritos, 2018, v. 1, p. 111-134.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luis Gustavo Mello. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. **Revista Debates**, v. 15, n. 2, p. 9-44, 2021.

GRANJEIRO, G. L. O Crescimento da Extrema Direita e das Manifestações Antidemocráticas pela volta do Regime Civil-Militar no Brasil (2013-2020). **ANPUH Brasil, Simpósio Nacional de História**, v. 31, 2021.

HOSKINS, Bryony; et al. Measuring Civic Competence in Europe: A composite Indicator based on IEA Civic Education Study 1999 for 14 years old in School. **Ispra**: European Commission, 2008.

HUNTINGTON, Samuel P. Conservatism as an Ideology. **American Political Science Review**, v. 51, n. 2, p. 454-473, 1957.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: Intergenerational change in post-industrial societies. **The American political science review**, Washington, D. C., vol. 65, n. 4, p. 991-1017, 1971.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. **American Political Science Review**, Washington, D. C., v. 82, n. 4, p. 1203-1229, 1988.

INGLEHART, Ronald. Cultura e Democracia. In: HARRISON, Lawrence e HUNTINGTON, Samuel (org.). **A cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 133-153.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Cristian. **Modernization, Cultural Change, and Democracy**: The Human Development Sequence. Cambridge: Cambridge University. 2005.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LINZ, Juan J. An authoritarian regime: the case of Spain. In: ALLARDT, E.& LITTUNEN, Y. (orgs.). **Cleavages, ideologies, and party systems: contributions to comparative political sociology**. Helsinki, TheAcademic Bookstore, 1964. p. 291-341.

LINZ, Juan J. et al. Totalitarian and authoritarian regimes. **Handbook of political science**, v. 3, p. 175-411, 1975.

LINZ, Juan José; LINZ, Juan J. **Totalitarian and authoritarian regimes**. Lynne Rienner Publishers, 2000.

LOPES, Denise Mercedes Nuñez Nascimento. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. **Opinião pública**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 162-187, mai. 2004.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, p. 25-54, 2010.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack**, p. 314-334, 2015.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 313-362, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. FGV Editora, 2006.

MANNHEIM, Karl. *Conservatism: A Contribution to the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, 1986.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, n. 120, p. 61-76, 2019.

MATOS, Marlise. A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. In: PAIVA, Denise (Org.). **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do estado de Goiás, 2011. p. 11-54.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**. Bases Socio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas". **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005.

MOISES, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008.

MOISES, José Álvaro. Political discontent in new democracies: the case of Brazil and Latin America. **International Review of Sociology**, vol. 21, n.2, p. 339-336, jul 2011.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado em Ciência Política, 2017.

NORRIS, Pippa. **A Virtuous Circle: political communications in post-industrial democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. **Banco de dados: Pesquisa com jovens em Porto Alegre**. 2001.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: **Democracia, mídias e capital social**: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil. Porto Alegre. 2015.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina Banco de dados: **Democracia, valores políticos e capital social**: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil. Porto Alegre. 2019.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. **Banco de dados**: Pesquisa com jovens em Porto Alegre. 2019.

ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. **Cahiers des Amériques latines**, n. 48-49, p. 204-222, 2005.

PATTERSON, Thomas. **The Mass Media Election**: how Americans choose their President. New York: Praeger, 2000.

POLAT, Rabia K. The internet and Political Participation: Exploring the Explanatory links. **European Journal of Communication**, Londres, v. 20, n. 4, p. 29-48, mar. 2005.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Construções de gênero, socialização política e juventude. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. **Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires** – Asociación Latinoamericana de Sociología, 8., Buenos Aires, 2009.

PRANDI, Reginaldo; DOS SANTOS, Renan William; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, n. 120, p. 43-60, 2019.

PUTNAM, Robert. Tuning in, Tuning out: the strange disappearance of social capital in America. **PS – Political Science and Politics XXVIII**, v. 4, 1995.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 4a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PYE, Lucian W.; VERBA, Sidney. **Introduction, Political Culture and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1965.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. 1aed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 383-406, set. 2020

RECUERO, Raquel et al. Bolsonaro and the Far Right: how disinformation about covid-19 circulates on Facebook in Brazil. **International Journal of Communication**, v. 16, p. 24, 2022.

SANGIRARDI, Pedro. Comunicação política digital e comportamento eleitoral: considerações sobre a hipótese de revalidação da teoria dos efeitos limitados. **Anais do 7º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura, Curitiba**, 2013.

SCHIMIDT, João P. **Juventude e política nos anos 1990**: um estudo de socialização política no Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese de Doutorado em Ciência Política, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

SCRUTON, Roger. **The meaning of conservatism**. Harmondsworth: Penguin Books, 1980.

SIMPSON, Ximena. Las Elecciones Generales 2022 de Brasil: una mirada longitudinal a los desafíos de la democracia. **Revista Elecciones**, v. 21, n. 24, p. 283-302, 2022.

SOUSA, Adam Henrique Freire; VETTORASSI, Andrea; DE ANDRADE JÚNIOR, Péricles Morais. A Doxa Conservadora no Brasil: mídia evangélica e eleições presidenciais em 2018. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 15, n. 28, p. 115-139, 2021.

VASCONCELOS, Camila de. **A formação da cultura política dos jovens: a influência das redes sociais em contextos socioeconômicos desiguais**. Orientador: Rodrigo Stumpf González. 307f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

VIANA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. São Paulo: Monteiro Lobato & Co. Editores, 1923.

VIANA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2a ed. 1939.

ZIBAS, Dagmar ML. A reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas. **Revista brasileira de educação**, n. 28, p. 24-36, jan.-abr. 2005.

ZORZI, Felipe Bortoncello. **Cidadania desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS**. Orientador: Marcello Baquero. 101f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

ANEXOS

Anexo 1 – Questionários 2001, 2015 e 2019

Universidade Federal do Rio Grande do Sul Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina QUESTIONÁRIO 2001

Questão	Variáveis	Questão	Variáveis
Nº. Questionário	Codificação interna	32.Você costuma participar de:	(1) Participa sempre (2) Participa às vezes (3) Não participa (88) Não Sabe (99) Não respondeu
Cód. Entrevistador	Codificação interna	32a.Festas dançantes	
Escola	Codificação interna	32b.Passeios	
Data das entrevistas	Codificação interna	32c.Associações desportivas	
1.Em primeiro lugar gostaríamos de saber qual a sua idade?	Questão aberta	32d.Associações religiosas	
2.Qual o seu sexo?	(1) Masculino (2) Feminino	32e.Associações tradicionalistas	
3.Em que cidade você nasceu?	(1) Capital (2) Interior do estado	32f.Partidos Políticos	
4.Qual a idade do seu pai?	Questão aberta	32g.Associações estudantis	
5.Qual a idade da sua mãe?	Questão aberta	32h.Associações sindicais	
6.Qual a sua religião?	1. Católica 2. Protestante histórica 3. Pentecostal 4. Espírita 5. Afro-brasileira 6. Oriental 7. Judaica 8. Cristã 9. Sem religião 66. Outra 88. Não Sabe 99. Não Respondeu	32i.Associações comunitárias	
7.Você é praticante?	(1) Sim (2) Não (88) Não Sabe (99) Não respondeu	32j.Ongs	
8.Qual o grau de instrução do seu pai?	1. Não tem instrução 2. 1º grau incompleto 3. 1º completo 4. 2º completo 5. 2º completo 6. Universitário incompleto 7. Universitário completo 88. Não Sabe 99. Não respondeu	33.Você acha que os jovens atualmente cooperam entre si?	(1) Sim (2) Às vezes (3) Não (88) Não Sabe (99) Não respondeu

9.Qual o grau de instrução da sua mãe?	1. Não tem instrução 2. 1º grau incompleto 3. 1º completo 4. 2º completo 5. 2º completo 6. Universitário incompleto 7. Universitário completo 88. Não Sabe 99. Não respondeu	34.Na sua opinião o que deve ser feito para que os jovens cooperem entre si?	Questão aberta
10.Você participa de alguma associação religiosa? (Cebs, pastorais etc.)	(1) Sim (2) Não (88) Não Sabe (99) Não respondeu	35.Você acredita que se as pessoas participassem mais de atividades associativas poderia mudar muita coisa no nosso país?	(1) Sim (2) Não (3) Depende (88) Não Sabe (99) Não respondeu
11.Na sua opinião quais os principais problemas enfrentados pela educação brasileira hoje?	Questão aberta	De quê?	Questão aberta
12.Você costuma discutir os problemas de sua escola com colegas?	(1) Sim (2) Às vezes (3) Não (88) Não Sabe (99) Não respondeu	36.Se fosse convidado a participar de alguma atividade, você:	(1) Participaria (2) Depende (3) Não participaria (88) Não Sabe (99) Não respondeu
13.Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola?	(1) Sim (2) Às vezes (3) Não (88) Não Sabe (99) Não respondeu	Por quê?	Questão aberta
15.A sua escola tem Grêmios Estudantil?	(1) Sim (2) Não (88) Não Sabe (99) Não respondeu	37.Se você assistisse há destruição de alguma propriedade pública como um orelhão, abrigo de ônibus ou placa de sinalização, como você reagiria?	Questão aberta
16.Você participa das atividades desenvolvidas por seu Grêmios Estudantil?	(1) Sim (2) Às vezes (3) Não (88) Não Sabe (99) Não respondeu	38. Qual a sua opinião sobre a seguinte afirmação: "Todos os políticos são corruptos."	(1) Concorda (2) Concorda em parte (3) Discorda (88) Não Sabe (99) Não respondeu
17.Além do Grêmios Estudantil, você participa de alguma outra associação de estudantes?	(1) Sim (2) Não (88) Não Sabe (99) Não respondeu	39. Qual a sua opinião sobre a seguinte afirmação: "Os assuntos relacionados à política são muito complicados e que não despertam o interesse das pessoas".	
Quais?	Questão aberta	40. Qual a sua opinião sobre a seguinte afirmação: "Os políticos prometem as coisas e depois não cumprem".	
18.Você considera importante os estudantes participarem de organizações estudantis?	(1) Sim (2) Às vezes (3) Não (88) Não Sabe (99) Não respondeu	41.Na sua opinião, qual o principal problema enfrentado pelo Brasil hoje?	1. A crise econômica 2. O desemprego 3. A corrupção 4. As incertezas com relação ao futuro 5. Todos 66. Outro 88. Não sabe 99. Não respondeu
Por quê?	Questão aberta	42.E dos problemas listados na questão anterior, algum deles afeta a sua família?	

19. Falando um pouco sobre política, gostaríamos de saber se você:	(1) Se interessa por política (2) Às vezes procura se informar a respeito (3) Não se interessa por política (88) Não Sabe (99) Não respondeu	43. Qual a sua opinião sobre a seguinte afirmação:	(1) Concorda (2) Discorda (88) Não Sabe (99) Não respondeu
20. Quando você quer se informar sobre política, você costuma utilizar:	(1) Sim (2) Não costuma se informar (88) Não Sabe (99) Não respondeu	43a. Democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	(1) Concorda (2) Discorda (88) Não Sabe (99) Não respondeu
20a. Jornal		43b. Em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível a um governo democrático.	(1) Concorda (2) Discorda (88) Não Sabe (99) Não respondeu
20b. Rádio		43c. Não faz diferença para mim se temos um governo democrático ou não	(1) Concorda (2) Discorda (88) Não Sabe (99) Não respondeu
20c. TV		43d. O que o Brasil precisa é um político que atue com firmeza	(1) Concorda (2) Discorda (88) Não Sabe (99) Não respondeu
20d. Revistas		43e. O que o país necessita é um político que saiba dialogar com todos os setores da população.	(1) Concorda (2) Discorda (88) Não Sabe (99) Não respondeu
20e. Internet		44. Em relação às instituições e pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas?	(1) Confio sempre (2) Confio às vezes (3) Não confio (88) Não Sabe (99) Não respondeu
20f. Amigos da Escola		44a. Senadores	
20g. Trabalho		44b. Deputados Federais	
20h. Todos		44c. Governo Federal	
21a. Na sua opinião, democracia significa: (Marque somente duas alternativas)		1. Votar 2. Poder criticar 3. Governar para a maioria 4. Respeitar o direito de todos 5. Não ter pobreza 6. A competição entre partidos 7. A igualdade entre os cidadãos 8. A paz 66. Outro 88. Não Sabe 99. Não respondeu	44d. Governo Estadual (Olívio Dutra)
22. Na sua opinião, o que é um Partido Político?	Questão aberta	44e. Governo Municipal	
23. Qual dos partidos políticos listados abaixo seu pai prefere?	1. PPB 2. PFL 3. PL 4. PT 5. PSDB 6. PCB 7. PCdoB 8. PSTU	44f. Deputados Estaduais	
24. Qual dos partidos políticos listados abaixo sua mãe prefere?		44g. Vereadores	
25. E você prefere algum destes partidos?		44h. Partidos Políticos	

26.E dos partidos citados anteriormente, qual você menos gosta?	9. PPR 10. PTB 11. PMDB 12. PDT 13. PSB 14. PV 15. PPS 16. PRONA 17. PCO 18. Não tem preferência partidária 66. Outro 88. Não sabe 99. Não respondeu	44i. Padres/Irmãos	
Por quê?	Questão aberta	44j. Direção de sua Escola	
27a.Você sabe o que é ser de direita?	Questão aberta	44l. Professores	
27b.Você sabe o que é ser de esquerda?		44m. Colegas	
27c.Você sabe o que é ser de centro?		44n. Pessoas	
28. Atualmente, fala-se muito sobre direita e esquerda na política brasileira. A escala abaixo o 1 corresponde a extrema esquerda e o 10 a extrema direita. Marque um X em qual posição você se coloca.	Questão aberta	45.Você acha que a situação econômica das pessoas nos próximos 5 (cinco) anos vai	(1) Melhorar (2) Ficar igual (3) Piorar (88) Não Sabe (99) Não respondeu
29a.De que atividades socio-políticas listadas abaixo você costuma participar? Marque as duas que você mais participa.	1. Comícios 2. Manifestações 3. Discussões do centro comunitário 4. Conselhos escolares	46.Você acha que as oportunidades para os jovens no Brasil:	(1) Vão Melhorar (2) Vão ficar igual (3) Vão piorar (88) Não Sabe (99) Não respondeu
29b.De que atividades socio-políticas listadas abaixo você costuma participar? Marque as duas que você mais participa.	5. Orçamento participativo 6. Grêmios estudantis 7. Não participa 66. Outro 88. Não sabe 99. Não respondeu	47.Quanto ao seu futuro você o vê com:	(1) Otimismo (2) Incerteza (3) Pessimismo (88) Não Sabe (99) Não respondeu
30.Você acha importante que os jovens participem da política?	(1) Sim (2) Depende (3) Não (88) Não Sabe (99) Não respondeu	48.Qual profissão você pretende seguir?	Questão aberta
Por quê?	Questão aberta	49.Quem decide sobre as coisas mais importantes na sua família?	(1) Pai (2) Mãe (3) Os dois (4) Toda a família (5) Eu mesmo (88) Não Sabe (99) Não respondeu
31.Algumas pessoas afirmam que atualmente não há motivação para os jovens participarem de atividades com outras pessoas. Você:	(1) Concorda (2) Discorda (88) Não Sabe (99) Não respondeu	50.Quem é o principal responsável pelo sustento de sua família?	(1) Pai (2) Mãe (3) Ambos (4) Você (5) Parentes (6) Todos (88) Não Sabe (99) Não respondeu

Por quê?	Questão aberta	51. A que classe social você pertence?	(1) Alta (2) Média (3) Baixa (4) Outra (88) Não Sabe (99) Não respondeu
----------	----------------	--	--

QUESTIONÁRIO 2015



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina
Pesquisa: Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil

Instruções de preenchimento:

- Siga as instruções para cada pergunta.
- Seja honesto em suas respostas; não existe resposta certa ou errada, e sim sua opinião sobre cada questão.

Para começar, precisamos de alguns dados gerais.

1. Sua idade: _____

2. Seu sexo: (1) Masculino (2) Feminino

Pensando em política, gostaríamos de saber alguns de seus hábitos.

3. Você se interessa por política? Marque uma opção.

- Muito
- Pouco
- Nenhum interesse

4. Com que frequência você costuma conversar sobre estes assuntos políticos com: Marque uma opção.

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca
4.1 Seus pais				
4.2 Seus familiares				
4.3 Seus amigos				
4.4 Sua lista de contatos das redes sociais				
4.5 Seus colegas de escola				
4.6 Seus professores				

5. Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante? Marque qual é a primeira e qual é a segunda mais importante.

	1°	2°
1. Família		
2. Igreja		
3. Escola		
4. Amizades		
5. Televisão		
6. Rádio		
7. Jornal impresso/ Revista		
8. Internet		
9. Redes sociais		

6. Pensando nas pessoas listadas abaixo, qual você acha que é o interesse delas por política? Marque uma opção.

	Muito	Pouco	Nenhum
6.1 Seus pais			
6.2 Seus familiares			
6.3 Seus amigos			
6.5 Seus colegas de escola			
6.6 Seus professores			

Agora queremos saber sua opinião sobre alguns aspectos do nosso país.

7. Em sua opinião qual é o principal problema do país? Marque uma opção.

(1) Inflação

(2) Desemprego

(3) Saúde

(4) Pobreza

(5) Corrupção

(6) Moradia

(7) Transporte

(8) Educação

(6) Outro. Qual? _____

(88) Não sei

(99) Não quero responder

8. Pensando nesses problemas do país, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver estes problemas? Marque uma opção.

(1) Um líder que coloque as coisas no lugar

(2) A participação da população nas decisões do governo.

9. Você acha que a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no nosso país? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Às vezes

(3) Não

(88) Não sei

(99) Não quero responder

10. Você acha que seu futuro será melhor do que o do seus pais? Marque uma opção.

(1) Sim, será melhor.

(2) Será igual.

(3) Não, será pior. Por quê? _____

(88) Não sei

(99) Não quero responder

11. Como você sabe existem várias coisas acontecendo no Brasil que faz com que existam sentimentos

diferentes. Pensando nisso, qual é o sentimento que você tem nesse momento do país? Marque uma opção.

(1) Inseguro

(2) Indignado

(3) Assustado

(4) Frustrado

(5) Feliz

(6) Confiante

(7) Satisfeito

(8) Seguro

(9) Outro. Qual? _____

E agora pensando na sua escola, queremos saber se:

12. Você participa de atividades da escola? Marque uma opção.

- (1) Sim. Quais? _____
(2) Às vezes
(3) Não. Por quê? _____

13. Você costuma discutir os problemas de sua escola com seus colegas? Marque uma opção.

- (1) Sim
(3) Não

14. Quando não gosta de alguma coisa na escola, o que você faz?

15. Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não
(88) Não sei
(99) Não quero responder

16. A sua escola tem Grêmios Estudantil? Marque uma opção.

- (1) Sim (Responda a próxima questão)
(2) Não (Pule para questão 18)
(88) Não sei (Pule para questão 18)
(99) Não quero responder

17. Você participa do Grêmios Estudantil? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não. Por quê? _____

18. Você participa de alguma outra organização estudantil? Marque uma opção.

- (1) Sim. Qual? _____
(2) Não.

19. Você considera importante os estudantes participarem de organizações estudantis? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não. Por quê? _____
(88) Não sei
(99) Não quero responder

20. Pensando em cargos de liderança estudantil, você gostaria de ocupar algum? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não. Por quê? _____

21. Em relação à educação que você recebe, está satisfeito? Marque uma opção.

- (1) Sim.
(2) Não. Por quê? _____

22. Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula? Marque uma opção.

- (1) Concordo: a política faz parte da formação do estudante
(2) Não concordo: lugar de política não é na aula

Falando ainda sobre política.

23. Como você se sente com relação à política? Marque uma opção.

- (1) Alienado
- (2) Indiferente
- (3) Desiludido
- (4) Interessado
- (5) Participativo
- (6) Outro. Como? _____
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

24. Diga a primeira palavra que vem na sua cabeça quando pensa em:

- 24.1 Política _____
- 24.2 Políticos _____
- 24.3 Partidos Políticos _____
- 24.4 Cidadania _____

25. Atualmente se fala muito do que está acontecendo no país. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
25.1 Todos os políticos são corruptos.			
25.2 Os políticos prometem, depois não cumprem.			
25.3 Políticos são todos iguais.			
25.4 Não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar.			
25.5 Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo.			
25.7 Não adianta participar da política, pois nunca muda nada.			
25.8 Assuntos políticos são muito complicados pra mim, por isso não me interessam.			

26. Você votou nas últimas eleições? Marque uma opção.

- (1) Sim.
- (2) Sim, mas anulei. Por quê? _____
- (3) Não. Por quê? _____

27. Você é favorável ao voto com 16 anos? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não. Por quê? _____

28. Você votaria se o voto não fosse obrigatório? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não. Por quê? _____

29. Ao definir o seu voto, o que leva em conta? Marque uma opção.

- (1) A pessoa do candidato.
- (2) O partido do candidato.
- (3) A pessoa e o partido.

35. Quando você pensa em democracia, quais dos itens listados abaixo vem em sua mente? Marque o que vem em primeiro, em segundo e em terceiro lugar em sua mente.

	1º	2º	3º
1. Votar			
2. Poder criticar			
3. Governar para maioria			
4. Respeitar o direito de todos			
5. Não ter pobreza			
6. A competição entre partidos			
7. A igualdade entre os cidadãos			
8. A paz			
9. Liberdade de expressão			
10. Liberdade de imprensa			
11. Outro. Qual?			

Falando sobre participação política.

36. Você costuma participar de: Marque uma opção.

	Participo	Já participei	Não participo
36.1 Partidos Políticos			
36.2 Reuniões políticas			
36.3 Comícios políticos			
36.4 Associações comunitárias			
36.5 Atividades religiosas			
36.6 Organizações Não Governamentais (ONGs)			
36.7 Orçamento Participativo			
36.8 Abaixo assinados			
36.9 Manifestações, protestos, passeatas			
36.10 Ocupações de terrenos ou prédios públicos			
36.13 Movimentos Sociais			
36.14 Atividades no seu bairro			

37. Participaria de atividades políticas, se fosse convidado? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não. Por quê? _____

(88) Não sei

(99) Não quero responder

38. Em 2013, muitos jovens foram às ruas para fazerem manifestações sobre assuntos relacionados ao Brasil.

Você participou destas manifestações? Marque uma opção.

(1) Sim (Responda a próxima pergunta)



(2) Não (Pule para questão 40)

39. Se você participou, quanto cada meio listado abaixo o influenciou a participar? Marque uma opção.

	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
39.1 Família				
39.2 Igreja				
39.2 Amigos				
39.3 Professores				
39.4 TV				
39.5 Rádio				
39.6 Jornal impresso ou Revista				
39.7 Internet				

44. Das afirmações abaixo, gostaríamos de saber se você concorda. Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
44.1 A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país.			
44.2 A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país.			
44.3 A participação em um projeto de sua escola é importante mesmo que não lhe beneficie diretamente.			

Agora queremos saber um pouco mais sobre os meios de comunicação que você usa.

45. Quando você quer saber mais sobre assuntos políticos, com que frequência você se informa pelos canais listados abaixo? Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
45.1 TV			
45.2 Rádio			
45.3 Jornal Impresso e Revista			
45.4 Internet			
45.5 Redes Sociais			

46. Em média:

46.1 Quantas horas por dia você assiste TV	hr
46.2 Quantas horas por dia você ouve rádio	hr
46.3 Quantas horas por dia você fica conectado na internet	hr
46.4 E dessas horas na internet, quantas você fica conectado nas redes sociais	hr
46.4 Quantos dias por semana você lê jornal impresso ou revista	dia

47. Confia nas informações políticas veiculadas: Marque uma opção.

	Sim	Mais ou menos	Não
47.1 Na TV			
47.2 Na rádio			
47.3 Nos jornais impressos ou revistas			
47.4 Na internet			
47.5 Nas redes sociais			

48. Qual a sua principal motivação quando: Marque uma opção.

	Entretenimento	Informação	Ambos
48.1 Assiste TV			
48.2 Ouve Rádio			
48.3 Lê jornal impresso ou revista			
48.4 Conecta-se à internet			

49. Você acha que os meios de comunicação listados abaixo influenciam a sua forma de pensar? Marque uma opção.

	Sim	Às vezes	Não
49.1 TV			
49.2 Rádio			
49.3 Jornal impresso ou revista			
49.4 Internet			

50. Você acha que os meios de comunicação listados abaixo influenciam a sua forma de agir? Marque uma opção.

	Sim	Às vezes	Não
50.1 TV			
50.2 Rádio			
50.3 Jornal impresso ou revista			
50.4 Internet			

Pensando sobre as Redes Sociais da Internet.

51. Das redes sociais listadas abaixo, quais são as três mais utilizadas por você? Marque a primeira, a segunda e a terceira mais utilizada.

	1°	2°	3°
51.1 Twitter			
51.2 Facebook			
51.3 Google +			
51.4 Whatsapp			
51.5 Instagram			
51.6 Snapchat			
51.7 Skype			
51.8 Youtube			
51.9 Fóruns			
51.10 Outra. Qual?			

52. Você pesquisa em outras fontes sobre as notícias de política postadas nas redes sociais? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não

53. Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
53.1 Ler ou assistir o vídeo			
53.2 Curtir			
53.3 Comentar			
53.4 Compartilhar			
53.5 Usar #			

54. Você conversa com alguém sobre as postagens de política que vê nas redes sociais? Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
54.1 Seus pais			
54.2 Seus familiares			
54.4 Seus amigos			
54.5 Sua lista de contatos das redes sociais			
54.6 Seus professores			
54.7 Outro. Quem?			

55. Na sua opinião, as redes sociais podem ser instrumentos de participação política? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Mais ou menos

(3) Não

(88) Não sei

(99) Não quero responder

56. Você participa de mobilizações políticas via Internet, tais como: Marque uma opção.

	Participo	Já participei	Nunca participei
56.1 Abaixo assinado			
56.2 Boicotes			
56.3 Twittaços			

57. Você confirma presença em eventos relacionados à política no Facebook? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não

58. Você já participou de manifestações políticas na rua marcadas pela internet? Marque uma opção.

- (1) Sim. Quais? _____
(2) Não. Por quê? _____

59. Você fez campanha para algum candidato político pelas Redes Sociais nas últimas eleições? Marque uma opção.

- (1) Sim. De que forma? _____
(2) Não. Por quê? _____

60. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
60.1 Sinto que sou parte de uma comunidade quando participo das Redes Sociais.			
60.2 Sinto que sou parte de uma comunidade quando estou assistindo TV.			
60.3 Quando vejo uma notícia sobre política na internet sinto vontade de participar de movimentos sociais ou mobilizações.			
60.4 Quando assisto uma notícia sobre política na TV sinto vontade de participar de movimentos sociais e mobilizações.			

Para finalizar, precisamos de alguns dados seus e de sua família.

61. Qual o seu estado civil? Marque uma opção.

- (1) Solteiro
(2) Casado
(4) Divorciado
(5) Viúvo

62. Qual a sua religião? _____

63. Com quem você mora? Marque uma opção.

- (1) Mora com pai e mãe
(2) Mora com parentes ou amigos
(3) Mora com a mãe
(4) Mora com o pai
(5) Mora sozinho
(6) Mora com esposo(a) ou companheiro(a)
(7) Outros. Quem? _____

64. Você tem acesso à internet em casa? Marque uma opção.

- (1) Sim.
(3) Não.

40. Ainda com relação às manifestações de 2013, você considera que elas foram importantes? Marque uma opção.

(1) Sim. Por quê? _____

(2) Não. Por quê? _____

(88) Não sei

(99) Não quero responder

Agora vamos falar sobre confiança nas pessoas e nas instituições.

41. Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
41.1 Pessoas em geral			
41.2 Seus pais			
41.3 Seus familiares			
41.4 Seus vizinhos			
41.5 Seus colegas de aula			
41.6 Sua lista de contatos das redes sociais			
41.7 Seus amigos			
41.8 Seus professores			

42. Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
42.1 Igrejas			
42.2 Partidos Políticos			
42.3 Judiciário (Juizes e tribunais)			
42.4 Presidente			
42.5 Governo Federal (Ministros)			
42.6 Polícia			
42.7 Forças Armadas			
42.8 Escola			
42.9 Movimentos Estudantis			
42.10 Conselho Escolar			
42.11 Grêmios Estudantil da escola			
42.12 Associações Comunitárias			
42.13 TV			
42.14 Jornal Impresso e Revista			
42.15 Rádio			
42.16 Internet			

43. Para formar sua opinião sobre essas instituições, qual a influência que cada um dos grupos abaixo listados exerce. Marque uma opção.

	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
43.1 Família				
43.2 Igreja				
43.3 Amigos				
43.4 Professores				
43.5 TV				
43.6 Rádio				
43.7 Jornal impresso ou Revista				
43.8 Internet				



65. Além de estudar, você trabalha? Marque uma opção.

(1) Sim. Em quê? _____

(2) Já trabalhei. Em quê? _____

(3) Não

66. Quando é necessário tomar uma decisão importante na sua família, você acha que os filhos devem ser consultados e ajudarem a decidir? Marque uma opção.

(1) Sempre

(2) Às vezes

(3) Nunca

(88) Não sei

(99) Não quero responder

67. Qual sua etnia (cor)? _____

68. Qual a faixa de renda de toda a sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram em sua casa)? Marque uma opção.

(1) Até um salário mínimo

(2) De 1 a 2 salários mínimos

(3) De 3 a 4 Salários mínimos

(4) Mais de 5 salários mínimos

(5) Não sei

Gostaríamos de agradecer a sua colaboração com a pesquisa. Sua opinião é muito importante para nossa pesquisa.

QUESTIONÁRIO 2019

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina
 Pesquisa: Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de
 socialização política dos jovens no Sul do Brasil

Instruções de preenchimento:

- Siga as instruções para cada pergunta.
- Seja honesto em suas respostas; não existe resposta certa ou errada, e sim sua opinião sobre cada questão.

Para começar, precisamos de alguns dados gerais.

- Sua idade: _____
- Seu sexo: (1) Masculino (2) Feminino

Pensando em política, gostaríamos de saber alguns de seus hábitos.

3. Você se interessa por política? Marque uma opção.

- Muito
- Pouco
- Nenhum interesse

4. Com que frequência você costuma conversar sobre assuntos políticos com: Marque uma opção por linha.

	Frequentemente	Às Vezes	Raramente	Nunca
4.1 Seus pais				
4.2 Seus familiares				
4.3 Seus amigos				
4.4 Contatos das redes sociais				
4.5 Seus colegas de escola				
4.6 Seus professores				

5. Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante? Marque uma opção para a primeira e uma opção para a segunda mais importante.

	1°		2°
1. Família		1. Família	
2. Igreja		2. Igreja	
3. Escola		3. Escola	
4. Amizades		4. Amizades	
5. Televisão		5. Televisão	
6. Rádio		6. Rádio	
7. Jornal impresso/ Revista		7. Jornal impresso/ Revista	
8. Internet		8. Internet	
9. Redes sociais		9. Redes sociais	

Agora queremos saber sua opinião sobre alguns aspectos do nosso país.

6. Em sua opinião quais são os principais problemas do país? Marque uma opção para o primeiro e uma opção para o segundo mais importante.

	1°		2°
1. Inflação		1. Inflação	
2. Desemprego		2. Desemprego	
3. Saúde		3. Saúde	
4. Pobreza		4. Pobreza	
5. Corrupção		5. Corrupção	
6. Moradia		6. Moradia	
7. Transporte		7. Transporte	
8. Educação		8. Educação	
9. Meio ambiente		9. Meio ambiente	
10. Violência		10. Violência	
11. Outro. Qual? _____		11. Outro. Qual? _____	

7. Na sua opinião, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver estes problemas?

Marque uma opção.

- (1) Um líder que coloque as coisas no lugar.
- (2) A participação da população nas decisões do governo.

8. Você acha que a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no nosso país? **Marque uma**

opção.

- (1) Sim
- (2) Às vezes
- (3) Não
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

9. Você acha que seu futuro será melhor do que o do seus pais? **Marque uma opção.**

- (1) Sim, será melhor.
- (2) Será igual.
- (3) Não, será pior.
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

10. Como você sabe, existem várias coisas acontecendo no Brasil que faz com que existam sentimentos diferentes. Pensando nisso, qual é o sentimento que você tem nesse momento do país?

Marque uma opção.

- (1) Inseguro
- (2) Indignado
- (3) Assustado
- (4) Frustrado
- (5) Feliz
- (6) Confiante
- (7) Satisfeito
- (8) Seguro
- (9) Solitário
- (10) Indiferente
- (11) Outro. Qual? _____

11. É comum encontrar os muros, prédios e casas pichadas nas ruas de nossas cidades. Na sua opinião: **Marque uma opção por linha.**

	Concordo	Discordo
11.1 A pichação pode ser uma forma das pessoas se expressarem.		
11.2 A pichação pode ser uma forma de destruição do patrimônio público.		
11.3 Outro. Qual? _____		

E agora pensando na sua escola, queremos saber se:

12. Quando a escola organiza atividades, você participa? **Marque uma opção.**

- (1) Sim.
- (2) Às vezes
- (3) Não.

13. Você costuma discutir os problemas de sua escola com seus colegas? **Marque uma opção.**

- (1) Sim
- (2) Não

14. Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola? **Marque uma opção.**

- (1) Sim
- (2) Não
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

15. Você acha que a educação que você está recebendo é de qualidade? **Marque uma opção.**

- (1) Sim.
- (2) Não. Por quê? _____

16. Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula? Marque uma opção.

- (1) Concordo: a política faz parte da formação do estudante.
(2) Não concordo: lugar de política não é na aula

17. Com que frequência a sua escola promove eventos que: Marque uma opção por linha.

	Frequentemente	Moderadamente	Nunca
17.1 Tratam sobre a sociedade e a política na atualidade.			
17.2 Tratam sobre cultura e diversidade.			
17.3 Tratam de conteúdos a partir de jornais ou revistas.			
17.4 Tratam de conteúdos a partir da exibição de noticiários ou documentários.			
17.5 Trabalham com pesquisa e fontes de informação.			

Falando ainda sobre política.

18. Como você se sente com relação à política? Marque uma opção.

- (1) Alienado
(2) Indiferente
(3) Desiludido
(4) Interessado
(5) Participativo
(6) Isolado
(7) Outro. Como? _____
(8) Não sei
(9) Não quero responder

19. Atualmente se fala muito do que está acontecendo no país. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Marque uma opção por linha.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
19.1 Todos os políticos são corruptos.			
19.2 Os políticos prometem, depois não cumprem.			
19.3 Políticos são todos iguais.			
19.4 Não gosto de discussões ou assuntos políticos porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar.			
19.5 Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo.			
19.6 Não adianta participar da política, pois nunca muda nada.			
19.7 Assuntos políticos são muito complicados pra mim, por isso não me interessam.			
19.8 A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país.			
19.9 Democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo			
19.10 Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático.			
19.11 De modo geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.			

20. Você tem título de eleitor? Marque uma opção.

- (1) Sim.
(2) Não, mas teria feito se pudesse.
(3) Não, só farei quando for obrigatório.

21. Você votaria se o voto não fosse obrigatório? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não

22. Ao definir o seu voto, o que mais leva em conta? Marque uma opção.

- (1) A pessoa do candidato.
(2) O partido do candidato.
(3) A pessoa e o partido.

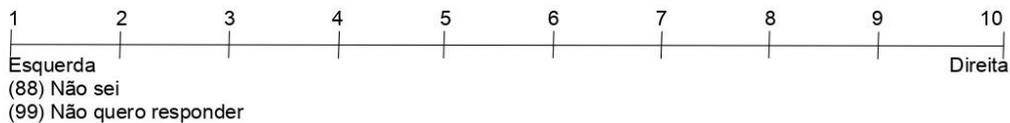
23. Você acompanhou a última campanha eleitoral: Marque uma opção por linha.

	Sim	Às vezes	Não
23.1 por horário gratuito na rádio ou na TV			
23.2 por Debates entre candidatos			
23.3 por postagens nas redes sociais			

24. Você se incomoda de estar com pessoas cujas ideias, crenças ou valores são diferentes das suas? Marque uma opção por linha.

	Muito	Pouco	Nada
24.1 Pessoas de outras religiões			
24.2 Pessoas de outras raças			
24.3 Pessoas imigrantes			
24.4 Pessoas homossexuais			
24.5 Pessoas de outras classes sociais			
24.6 Pessoas com opiniões políticas diferentes			
24.7 Pessoas de esquerda			
24.8 Pessoas de direita			

25. Atualmente, fala-se muito sobre direita e esquerda na política brasileira. Na escala abaixo o 1 corresponde a extrema esquerda e o 10 a extrema direita. Marque um X na posição em que você se coloca.



26. Você se identifica com algum partido político? E sua mãe? E seu pai? Marque uma opção por linha.

	Sim. Qual?	Não	Não sei
26.1 Você			
26.2 Sua Mãe			
26.3 Seu Pai			

27. Você sabe o nome e o partido do atual:

- **Prefeito**
 27.1 Nome _____ 27.2 Partido _____

- **Governador**
 27.3 Nome _____ 27.4 Partido _____

- **Presidente**
 27.5 Nome _____ 27.6 Partido _____

28. Agora serão apresentadas algumas pessoas. Indique onde você acha que elas se encontram no espectro político: esquerda, centro e direita. Marque uma opção por linha.

	Esquerda	Centro	Direita	Não sei
28.1 Ciro Gomes				
28.2 Fernando Haddad				
28.3 Geraldo Alckmin				
28.4 Jair Bolsonaro				
28.5 Marina Silva				

29. Agora serão apresentadas algumas instituições. Indique onde você acha que elas se encontram no espectro político: esquerda, centro e direita. Marque uma opção por linha.

	Esquerda	Centro	Direita	Não sei
29.1 MDB				
29.2 PSDB				
29.3 PT				
29.4 PSL				
29.5 PDT				

30. Agora serão apresentadas algumas propostas. Indique onde você acha que elas se encontram no espectro político: esquerda, centro e direita: Marque uma opção por linha.

	Esquerda	Centro	Direita	Não sei
30.1 Privatização de empresas públicas				
30.2 Políticas de valorização do salário mínimo				
30.3 Redução de impostos para empresas				
30.4 Aumento de impostos sobre renda e propriedade				
30.5 Favorável à reforma agrária				
30.6 Apoio aos movimentos sindicais				
30.7 Política de cotas raciais				
30.8 Aumento de pena para criminalidade				

31. Quando você pensa em democracia, quais dos itens listados abaixo vêm a sua mente? Marque uma opção para o que vem em primeiro e uma opção para o que vem em segundo em sua mente.

	1º		2º
1. Votar		1. Votar	
2. Poder criticar		2. Poder criticar	
3. Governar para a maioria		3. Governar para a maioria	
4. Respeitar o direito de todos		4. Respeitar o direito de todos	
5. Não ter pobreza		5. Não ter pobreza	
6. A competição entre partidos		6. A competição entre partidos	
7. A igualdade entre os cidadãos		7. A igualdade entre os cidadãos	
8. A paz		8. A paz	
9. Liberdade de expressão		9. Liberdade de expressão	
10. Liberdade de imprensa		10. Liberdade de imprensa	
11. Outro. Qual? _____		11. Outro. Qual? _____	

32. Considerando a discussão sobre as ações do Governo e do Mercado, quem você acha que deve ser o maior responsável por gerenciar estas áreas/decisões: Marque uma opção por linha.

	Governo	Empresa
32.1 Ser o dono das empresas e indústrias mais importantes do país.		
32.2 Ser o principal responsável pelo bem-estar dos cidadãos.		
32.3 Ser o principal responsável por garantir as aposentadorias.		
32.4 Ser o principal responsável por prover os serviços de saúde.		
32.5 Ser o principal responsável por prover a educação.		

33. Agora serão apresentadas algumas características. Indique se a descrição é muito parecida, mais ou menos parecida ou se não é parecida com você. Marque uma opção por linha.

	Muito parecido comigo	Mais ou menos parecido comigo	Não é parecido comigo
33.1 É importante ter novas ideias e ser criativo.			
33.2 É importante ser rico, ter muito dinheiro e coisas caras.			
33.3 É importante viver num ambiente seguro e evitar o que pode ser perigoso.			
33.4 É importante me divertir e fazer o que gosto.			
33.5 É importante me comportar de maneira correta e evitar fazer o que as pessoas acham errado.			
33.6 É importante fazer algo para o bem da sociedade.			
33.7 É importante ter muito sucesso e que as pessoas reconheçam minhas conquistas.			
33.8 É importante me preocupar com o meio ambiente e com a natureza.			
33.9 É importante seguir a tradição da religião e da família			

34. Em relação as frases abaixo, indique se concorda, concorda em parte ou não concorda. Marque uma opção por linha.

	Concordo	Concordo em parte	Não concordo
34.1 É importante respeitar as opiniões políticas de outras pessoas, mesmo que sejam diferentes das minhas.			
34.2 É importante olhar para todos os lados envolvidos em um conflito antes de tomar uma decisão.			
34.3 É importante se imaginar no lugar de alguém antes de criticar.			
34.4 É importante que todas as pessoas tenham o direito de expressar seus pontos de vista políticos, mesmo que sejam diferentes do meu ponto de vista.			

Falando sobre participação política.

35. Você costuma participar de: Marque uma opção por linha.

	Participo	Já participei	Não participo
35.1 Partidos políticos			
35.2 Associações comunitárias			
35.3 Atividades religiosas			
35.4 Organizações Não Governamentais (ONGs)			
35.5 Abaixo-assinados			
35.6 Manifestações, protestos, passeatas			
35.7 Ocupações de terrenos ou prédios públicos			
35.8 Movimentos sociais			
35.9 Atividades no seu bairro			
35.10 Mobilizações organizadas pelas redes sociais			

36. Nos últimos anos houve no Brasil várias manifestações. Você participou de alguma delas?

- (1) Sim. Quais? _____
 (2) Não

37. Também no último ano ocorreram muitos atos de violência, sendo um deles o atentado à Escola de ensino médio de Suzano, no Estado de São Paulo. Pensando nisso, qual é o sentimento que você tem em relação a este evento? Marque uma opção.

- (1) Inseguro
 (2) Indignado
 (3) Assustado
 (4) Frustrado
 (5) Indiferente
 (6) Outro. Qual? _____

Agora vamos falar sobre confiança nas pessoas e nas instituições.

38. Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção por linha.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
38.1 Pessoas em geral			
38.2 Seus pais			
38.3 Seus familiares			
38.4 Seus vizinhos			
38.5 Seus colegas de aula			
38.6 Contatos das redes sociais			
38.7 Seus amigos			
38.8 Seus professores			
38.9 Influenciadores Digitais (youtuber, instagramers, etc)			

39. Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção por linha.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
39.1 Igrejas			
39.2 Partidos políticos			
39.3 Judiciário (Juizes e tribunais)			
39.4 Presidente			
39.5 Governo Federal (Ministros)			
39.6 Polícia			
39.7 Forças Armadas			
39.8 Escola			
39.9 Movimentos estudantis			
39.10 Conselho escolar			
39.11 Grêmios estudantis da escola			
39.12 Associações comunitárias			
39.13 TV			
39.14 Jornal impresso e revista			
39.15 Rádio			
39.16 Internet			

Agora queremos saber um pouco mais sobre os meios de comunicação que você usa.

40. Você acredita que os meios de comunicação no Brasil são neutros sobre política?

- (1) Sim
(2) Não

41. O quanto você utiliza os seguintes meios/canais para se informar sobre política: Marque uma opção por linha.

	Muito	Pouco	Nada
41.1 Rádio			
41.2 Televisão			
41.3 Jornal/Revista (online, via app ou impresso)			
41.4 Facebook			
41.5 Blogs ou fóruns de opinião			
41.6 Whatsapp			
41.7 Youtube			
41.8 Instagram			

42. O quanto você confia nas informações políticas veiculadas nestes meios/ canais de comunicação: Marque uma opção por linha.

	Muito	Pouco	Nada
42.1 Rádio			
42.2 Televisão			
42.3 Jornal/Revistas (online, via app ou impresso)			
42.4 Facebook			
42.5 Blogs ou fóruns de opinião			
42.6 Whatsapp			
42.7 Youtube			
42.8 Instagram			

43. Qual a sua principal motivação quando: Marque uma opção por linha.

	Entretenimento	Informação
43.1 Assiste TV		
43.2 Ouve rádio		
43.3 Lê jornal impresso ou revista		
43.4 Conecta-se à Internet		

Pensando sobre as redes sociais da Internet.

44. Das redes sociais listadas abaixo, qual você mais utiliza? Marque de acordo com o uso, sendo 1 nada usado e 5 muito usado.

	1	2	3	4	5
44.1 Twitter					
44.2 Facebook					
44.3 Whatsapp					
44.4 Instagram					
44.5 Youtube					
44.6 Outra. Qual? _____					

45. Você pesquisa em outras fontes sobre as notícias de política postadas nas redes sociais?

- (1) Sim. Em quais? _____
(2) Não

46. Ao ler uma notícia, quais das seguintes ações você realiza para determinar se está recebendo informações legítimas? Marque uma opção por linha.

	Sempre	Às vezes	Nunca
46.1 Ver se o autor é real e confiável			
46.2 Ver se a data da notícia é atual			
46.3 Ver se outros meios confirmam essa notícia			
46.4 Ver se não se trata de uma piada			
46.5 Consulta um site de verificação de fatos			
46.6 Consulta um amigo ou familiar			

47. Muitas pessoas têm se referido à divulgação de notícias que distorcem a realidade chamando-as de notícias falsas ou de fake news. Você concorda que houve um aumento na divulgação de notícias falsas/ fake news no Brasil? Marque uma opção.

- (1) Concordo.
(2) Concordo parcialmente.
(3) Discordo
(88) Não sei

48. Na sua opinião, por que você acha que as pessoas compartilham notícias falsas sobre política? Marque uma opção.

- (1) Para confundir as pessoas
(2) Para convencer as demais do seu ponto de vista
(3) Por falta de informação
(4) Outro. Qual? _____

49. Você já teve contato com fake news em algum destes meios? Marque uma opção por linha.

	Frequentemente	Às vezes	Nunca
49.1 Rádio			
49.2 Televisão			
49.3 Jornal/Revista (online, via app ou impresso)			
49.4 Facebook			
49.5 Whatsapp			
49.6 Youtube			
49.7 Instagram			
49.8 Outra. Qual? _____			

50. Quem você acha que deve impedir a divulgação das fake news na Internet? Marque uma opção.

- (1) Governo
(2) Imprensa
(3) Judiciário
(4) Instituições independentes
(5) Não deve haver fiscalização.
(6) Outro. Quem? _____
(88) Não sei

51. Nas redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Marque uma opção por linha.

	Sempre	Às vezes	Nunca
51.1 Ler ou assistir o vídeo			
51.2 Curtir			
51.3 Comentar			
51.4 Compartilhar			
51.5 Usar #			

52. Você conversa com alguém sobre as postagens de política que vê nas redes sociais? Marque uma opção por linha.

	Sempre	Às vezes	Nunca
52.1 Seus pais			
52.2 Seus familiares			
52.3 Seus amigos			
52.4 Seus colegas de escola			
52.5 Seus contatos das redes sociais			
52.6 Seus professores			
52.7 Outro. Quem? _____			

53. Na sua opinião, as redes sociais podem ser instrumentos de participação política? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Mais ou menos
- (3) Não
- (88) Não sei

54. Você já participou de manifestações políticas na rua marcadas pela Internet?

- (1) Sim. Quais? _____
- (2) Não.

55. Você fez campanha para algum candidato político pelas redes sociais nas últimas eleições?

- (1) Sim.
- (2) Não.

56. Pensando na interação com seus amigos nas redes sociais, você já: Marque uma opção por linha.

	Sim	Não
56.1 Excluiu algum amigo ou familiar de suas redes sociais por postarem opiniões diferentes das suas.		
56.2 Deixou de falar com algum amigo ou familiar por possuírem opiniões diferentes das suas.		
56.3 Avisou algum amigo ou familiar que ele estava divulgando fake news.		

Para finalizar, precisamos de alguns dados seus e de sua família.

57. Qual a sua religião? _____

58. Com quem você mora? Marque uma opção.

- (1) Moro com pai e mãe
- (2) Moro com parentes ou amigos
- (3) Moro com a mãe
- (4) Moro com o pai
- (5) Moro sozinho
- (6) Moro com esposo(a) ou companheiro(a)
- (7) Outros. Quem? _____

59. Qual a escolaridade de sua mãe e de seu pai? Marque uma opção para sua mãe e uma para seu pai.

	Mãe	Pai
1. Sem instrução		
2. Ensino Fundamental incompleto		
3. Ensino Fundamental completo		
4. Ensino Médio incompleto		
5. Ensino Médio completo		
6. Ensino Superior incompleto		
7. Ensino Superior completo		
88. Não sei		

60. Você tem acesso à Internet: Marque uma opção por linha.

	Sim	Não
60.1 Em sua casa		
60.2 Em sua escola		
60.3 No seu celular		

61. Além de estudar, você trabalha? Marque uma opção.

- (1) Sim.
- (2) Já trabalhei. Em quê? _____
- (3) Não

62. Quando é necessário tomar uma decisão importante na sua família, você acha que os filhos devem ser consultados e ajudar a decidir? Marque uma opção.

- (1) Sempre
- (2) Às vezes
- (3) Nunca
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

63. Qual sua etnia (cor)? Marque uma opção.

- (1) Indígena
- (2) Amarelo
- (3) Branco
- (4) Pardo
- (5) Negro
- (6) Outro. Qual? _____

64. Qual a faixa de renda de toda a sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram em sua casa)? Marque uma opção.

- (1) Até um salário mínimo (até R\$1.000)
- (2) De 1 a 2 salários mínimos (De R\$1.000 a R\$2.000)
- (3) De 2 a 3 salários mínimos (De R\$2.000 a R\$3.000)
- (3) De 3 a 4 salários mínimos (De R\$3.000 a R\$4.000)
- (4) De 4 a 5 salários mínimos (De R\$4.000 a R\$5.000)
- (5) Mais de 5 salários mínimos (Mais de R\$5.000)
- (6) Não sei

65. Pensando em sua família, a qual classe social vocês acreditam que pertencem? Marque uma opção.

- (1) Baixa (pobre)
- (2) Média-baixa
- (3) Média
- (4) Média-Alta
- (5) Alta (rico)

Gostaríamos de agradecer a sua colaboração com o questionário. Sua opinião é muito importante para nossa pesquisa.

Anexo 2 – Índice de Autoritarismo

2001

1. Preferência de um líder sobre a participação popular

Melhor solução para resolver os problemas <- q43d (O que o Brasil precisa é um político que atue com firmeza).

```
preferencia_lider <- 1 = autoritarismo = 1  
preferencia_lider <- 2 = autoritarismo = 0  
else = sysmis
```

+

Negação política <- q38 (Qual a sua opinião sobre a seguinte afirmação: Todos os políticos são corruptos) + q39 (Os assuntos relacionados à política são muito complicados e não despertam o interesse das pessoas.) + q40 (Os políticos prometem as coisas e depois não cumprem)

```
Concorda = 1  
Parcial = .5  
Discordo = 0  
else = sysmis
```

```
negacao_politica <- Baixa e moderada negação política = 0 - 1.5 = autoritarismo = 0  
negacao_politica <- Alta negação política = >=2 = autoritarismo = 1
```

+

Baixa confiança nas instituições democráticas <- q44.c (Governo Federal) + q44.h. (partidos políticos)

```
Confia = 1  
Parcial = .5  
Não confia = 0
```

```
confianca_instituicoes_democraticas <- Baixo = 0 - 1 = autoritarismo = 1  
confianca_instituicoes_democraticas <- 1.5> = Alta confiança = Autoritarismo = 0
```

=

Índice de Autoritarismo <-

```
preferencia_lider + negacao_politica + confianca_instituicoes_democraticas
```

```
Sem presença de valores autoritários = 0  
Moderada = 1 - 1.5  
Alta presença de valores autoritários = 2-3
```

2015

1. Preferência de um líder sobre a participação popular

Melhor solução para resolver os problemas <- q8 (1. Um líder que coloque as coisas no lugar;
2. A participação da população nas decisões do governo).

preferencia_lider <- 1 = **autoritarismo = 1**
preferencia_lider <- 2 = **autoritarismo = 0**
else > sysmis

+

Negação política <- q25.1 (Todos os políticos são corruptos) + q25.2 (Os políticos prometem e depois não cumprem) + q27.7 (Assuntos políticos são muito complicados para mim, por isso não me interessam)

Concorda = 1
Parcial = .5
Discordo = 0

negacao_politica <- Baixa e moderada negação política = 0 – 1.5 = **autoritarismo = 0**
negacao_politica <- Alta negação política = >=2 = **autoritarismo = 1**

+

Baixa confiança nas instituições democráticas <- q42.c (Governo Federal) + q42.h. (partidos políticos)

Confia = 1
Parcial = .5
Não confia = 0

confianca_instituicoes_democraticas <- Baixo = 0 - 1.5 = **autoritarismo = 1**
confianca_instituicoes_democraticas <- 2> = Alta confiança = **Autoritarismo = 0**

=

Índice de Autoritarismo <-

preferencia_lider + negacao_politica + confianca_instituicoes_democraticas

Sem presença de valores autoritários = **0**
Moderada = **1 – 1.5**
Alta presença de valores autoritários = **2-3**

2019

1. Preferência de um líder sobre a participação popular

Melhor solução para resolver os problemas <- q7.

```
preferencia_lider <- 1 = autoritarismo = 1  
preferencia_lider <- 2 = autoritarismo = 0  
else = sysmis
```

+

Negação política <- q19.1 (Todos os políticos são corruptos) + q19.2 (Os políticos prometem depois não cumprem) + 19.7 (Assuntos políticos são muito complicados para mim, por isso não me interessam)

```
Concorda = 1  
Parcial = .5  
Discordo = 0  
else = sysmis
```

```
negacao_politica <- Baixa e moderada negação política = 0 - 1.5 = autoritarismo = 0  
negacao_politica <- Alta negação política = 2> = autoritarismo = 1
```

+

Baixa confiança nas instituições democráticas <- q39.c (Governo Federal) + q39.h. (partidos políticos)

```
Confia = 1  
Parcial = .5  
Não confia = 0
```

```
confianca_instituicoes_democraticas <- Baixo = 0 - 1.5 = autoritarismo = 1  
confianca_instituicoes_democraticas <- 2> = Alta confiança = Autoritarismo = 0
```

=

Índice de Autoritarismo <-

```
preferencia_lider + negacao_politica + confianca_instituicoes_democraticas
```

```
Sem presença de valores autoritários = 0  
Moderada = 1 - 1.5  
Alta presença de valores autoritários = 2-3
```